



Matheus Alves Conceição

O FENÔMENO DA ABSTENÇÃO ELEITORAL: uma análise das influências e motivações sociopolíticas nas eleições municipais do Rio de Janeiro entre 2000 e 2012

Rio de Janeiro

2016

Matheus Alves Conceição

O FENÔMENO DA ABSTENÇÃO ELEITORAL: uma análise das influências e motivações sociopolíticas nas eleições municipais do Rio de Janeiro entre 2000 e 2012

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico de Nível Médio em Gerência em Saúde.

Orientador: Me. Marcello de Moura Coutinho.

Rio de Janeiro

2016

Dedico esse trabalho a minha mãe, minha avó, minhas madrinhas e em memória ao meu padrinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) pelo apoio institucional e pela oportunidade de realizar o meu primeiro de muitos trabalhos como pesquisador na área da política, história e sociologia.

Agradeço ao meu orientador, Marcello Coutinho, o qual possui uma trajetória na área das ciências sociais e das políticas de saúde, com quem compartilhei ideias e construções em todas as sessões de orientação e nos diálogos na sala de aula que estimularam o meu interesse pela pesquisa e me ajudaram a adquirir mais conhecimentos sobre o tema do sufrágio. Agradeço a ele por ter me emprestado / presenteado com muitos livros, por me fazer conhecer diversas histórias de luta e resistência no contexto sociopolítico brasileiro.

Agradeço a minha namorada, Laura Queiroz que estuda junto comigo na mesma turma e que, sempre esteve ao meu lado de uma forma otimista desde do período de realização do pré-projeto de pesquisa, tendo vivenciado, inclusive um pouco do meu trabalho de campo.

Agradeço aos meus amigos e minhas amigas por prestigiar e apoiar o meu projeto de pesquisa desde o momento da escolha do tema a elaboração deste, participando do seu processo.

Agradeço aos meus professores pelas relevantes contribuições a minha vida acadêmica até aqui e que, me ajudaram desde do Ensino Fundamental até à conclusão do Ensino Médio. Agradeço a todos os mestres exigentes que acreditam na educação pública de qualidade e, na capacidade de todos nós estudantes de buscarmos construir um futuro melhor.

Agradeço a minha família sobretudo, uma das minhas principais razões para o tema de pesquisa, e que foram persistentes em toda a minha vida seja profissional ou pessoal, contribuindo para que eu me tornasse um pesquisador. Agradeço por cada momento com essas pessoas extraordinárias e que souberam passar alguns aprendizados de sua longa jornada de vida.

Agradeço de uma forma geral, a todas às pessoas que participaram indiretamente deste meu processo acadêmico, mas que torceram e contribuíram para que eu pudesse chegar a essa fase.

Agradeço a Deus por ter me abençoado e iluminado desde o momento que eu decidi estudar na Fiocruz, estando sempre ao meu lado nessa jornada.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM) estabeleceu uma parceria com a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), mediante o Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica (LIC-PROVOC), garantindo assim, uma bolsa para auxiliar o desenvolvimento do presente estudo monográfico.

“O povo quer que se amplie a democracia quer que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; quer que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facilitado participar da vida política do país, através do voto, podendo votar e ser votado; que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e que seja assegurada à representação de todas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações, ideológicas ou religiosas.”

João Goulart (Ex-presidente do Brasil – 1961-1964).

RESUMO

A monografia aborda a temática da abstenção eleitoral, procurando compreender suas influências e motivações sociopolíticas, no âmbito do município do Rio de Janeiro, entre 2000 e 2012. Abordam-se o tema da democracia, assim como momentos históricos vinculados à referida temática. O estudo foi subsidiado por uma pesquisa de campo com trabalhadores da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e representantes das campanhas eleitorais – Se liga, 16! e, Não Vote, Lute!. Compreende-se que a abstenção eleitoral representa em grande medida, a desconfiança do eleitor nos candidatos apresentados e que, em última instância pode representar um contrapoder e por extensão, um descumprimento da ordem no Estado capitalista.

Palavras-chave: Eleições Municipais; Abstenção Eleitoral; Capitalismo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL.....	14
2.1 PANORAMA HISTÓRICO DO SUFRÁGIO / VOTO NO MUNDO E NO BRASIL.....	14
2.2 DO CORONELISMO TRADICIONAL AO CONTEMPORÂNEO.....	22
2.3 A DEMOCRACIA PARA ALÉM DAS ELEIÇÕES NO MODELO REPRESENTATIVO.....	32
3. METODOLOGIA.....	36
4. ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO.....	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
6. REFERÊNCIAS.....	51
7. ANEXOS.....	55
7.1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA TRABALHADORES DA EPSJV.....	55
7.2 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA REPRESENTANTES DAS CAMPANHAS ELEITORAIS.....	57
7.3 ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA TRABALHADORES DA EPSJV.....	59
7.4 ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA REPRESENTANTES DAS CAMPANHAS ELEITORAIS.....	60

1. INTRODUÇÃO

No presente estudo foi abordado o fenômeno da abstenção eleitoral no tocante ao Poder Executivo, nas eleições de 2000 a 2012, no Rio de Janeiro, no âmbito municipal, procurando investigar as suas influências e motivações sociopolíticas. Entende-se que estas motivações estão relacionadas ao fato dos eleitores preferirem não participar do sufrágio¹.

Cabe destacar, que a opção pelas eleições municipais do Rio de Janeiro se deu em razão de tornar factível, o trabalho de campo proposto. Vale ressaltar, que se trata de um estudo de iniciação científica de Nível Médio².

Destaca-se ainda que, em 2000 e 2008 houve disputas eleitorais muito acirradas que contaram, inclusive com segundo turno. Já em 2012 houve utilização intensa das redes sociais de internet.

O município do Rio de Janeiro é o terceiro maior colégio eleitoral e a segunda cidade mais populosa do Brasil, possuindo um aglomerado urbano de pessoas que também se organiza politicamente por meio de sindicatos, partidos e movimentos sociais, os quais podem ser considerados: “organizações sociais criadas com a finalidade de promover a participação política e a conquista do poder político para que na sociedade prevaleça determinada ideia ou linha de ação” (DALLARI, 1983, p. 60).

Realizou-se um levantamento de dados históricos sobre o Brasil ancorado em fatos que compõem o início da República, as quais são a República da Espada e a Política do Café com Leite, analisando com maior ênfase, o voto de cabresto e comparando-o com o voto-mercadoria nos dias atuais.

No decorrer do estudo foram observadas as características mais relevantes da política eleitoral na Era Vargas, período democrático, Ditadura Empresarial-Militar e Redemocratização, com o intuito de realizar as reflexões acerca das motivações sociopolíticas da abstenção no município do Rio de Janeiro no período mencionado.

Para subsidiar teórico-conceitualmente o estudo foi utilizado um conceito de política vis-à-vis a questão dos Direitos Civis, Sociais e Políticos. Com efeito, a palavra

¹ Termo entendido como voto ou votação, sendo um direito de homens e mulheres (FERREIRA, 2010, p. 1978).

² Este estudo contou com apoio de uma bolsa de iniciação científica, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM), no âmbito da parceria entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), mediante o Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica (LIC-PROVOC).

política possui um conceito muito amplo, tendo sido definido por diversos autores da filosofia e das ciências humanas ao longo do tempo, iniciando-se na Grécia Antiga, onde a vida na Pólis era comum a todos os cidadãos que seguiam as regras e normas decididas por aqueles seres políticos.

Segundo Dallari (1983, p. 10): “Política é a conjugação das ações dos indivíduos e grupos humanos, dirigindo-as a um fim comum”. Os Direitos Cívicos estão relacionados ao processo civilizatório de uma dada sociedade, isto é, são garantias que um cidadão possui dentro de uma ordem social na qual está inserido. Pode-se pensar nesses direitos, ao pensar a liberdade de expressão, religiosa, de ir e vir, a confirmação da lei de que todos os cidadãos são iguais perante o Estado, direito à vida e entre outras questões que retratam o Direito Civil (CARVALHO, 2009).

Os Direitos Sociais são os mais conhecidos, pois foram observados com maior ênfase no governo de Vargas. São os que garantem o acesso à educação, saneamento básico, saúde de qualidade, segurança pública eficaz, direitos trabalhistas e entre outras pautas (Idem, op. cit.).

Já os Direitos Políticos dizem respeito aos atores sociopolíticos que devem ser considerados cidadãos perante a lei, os quais possuem o direito de participar das eleições seja na esfera legislativa ou executiva, a partir da prática do voto ou da candidatura de uma pessoa. Os cidadãos políticos eleitos, possuem um mandato que define a duração da ocupação do cargo público. Além disso, os cidadãos podem se organizar politicamente, ou seja, através de organizações não governamentais, instituições, manifestações, partidos políticos, associações e outros meios.

Como visto anteriormente, a participação política não é apenas a sua manifestação eleitoral, compreendendo outras formas de participação como organizações, partidos e protestos (DALLARI, 1983). Portanto, deve ser exercida pelo conjunto da sociedade, pois é um direito incontestável, devendo ser de acesso universal (CHAGAS, 2004). Como complementa Dallari (1983, p. 38) no trecho a seguir:

Tendo a necessidade de viver com os semelhantes cada indivíduo deve ter assegurado o direito com os semelhantes, cada indivíduo deve ter assegurado o direito de influir no estabelecimento das regras de convivência, pois sendo todos iguais por natureza não é justo que alguns tomem decisões que os outros ficarão obrigados a cumprir.

Essa perspectiva de direitos deve ser vivenciada no nosso cotidiano com o intuito de construir uma sociedade baseada também nas normas e regras que orientem as ações dos indivíduos. Contudo, para serem garantidos é necessário, segundo Rousseau

(2005, p. 12), a realização de um acordo entre seres humanos livres, o chamado “Contrato Social”. Desse modo,

A realização concreta do eu comum e da vontade geral implica necessariamente em um contrato social, ou seja, uma livre associação de seres humanos inteligentes, que deliberadamente resolvem formar um certo tipo de sociedade, à qual passam a prestar obediência.

Não obstante, ao longo da história do Brasil, percebemos que o quantitativo de votantes foi aumentando gradativamente de acordo com cada eleição, por conta da extensão do voto para mulheres e universal para os analfabetos. Antes da promulgação em 1930, os índices de votantes só chegavam em 5,6%, enquanto após a ampliação em 1950, os índices alcançavam 15,9% do eleitorado e em 1962, 26% da população se destinava às urnas (CARVALHO, 2009).

Na Ditadura Empresarial-Militar, em 1970, votaram 22,4 milhões de brasileiros, sendo que nas eleições de 1982, 48,7 milhões; nas de 1986, 65,6 milhões de brasileiros. E, em 1960, 18% da população votavam enquanto em 1986 era de 47% do eleitorado (Idem, op. cit.). Os números foram aumentando nessas eleições, para o Poder Legislativo, em função das novas normas eleitorais que obrigavam as mulheres a votar.

Ainda nesse período é curioso observar que em 1966 e em 1970, uma grande parcela da população se absteve do voto totalizando 23% nas duas eleições, enquanto os votos brancos e nulos somaram 21% e 30% respectivamente (Ibidem, op. cit.), nas eleições para o Poder Legislativo.

Isto pode ter ocorrido devido à falta de esperança e liberdade que a população não possuía no governo militar, pois neste período algumas ações promovidas pelo regime ditatorial visavam à continuidade da exploração e repressão aos trabalhadores no Brasil (LARA & SILVA, 2015). Tal fato repercutiu diretamente nos direitos sociais de trabalho e, na condição de vida, podendo ser um fator influenciador das abstenções eleitorais.

Após esse levantamento, alguns fatores que influenciam a escolha dos representantes com base no sufrágio foram esclarecidos, por exemplo, a eleição sendo um “grande negócio” que gera lucro para as partes envolvidas, no caso o voto de cabresto, o qual continua a ocorrer aos dias atuais com nova roupagem.

Além disso, há a relação entre o número de analfabetos votantes que são manipulados por meio da ampliação dos direitos sociais, como é possível observar na Era Vargas e na Ditadura Empresarial- Militar.

Na questão do sufrágio existem movimentos sociais que tem íntima relação com a questão no Brasil e no mundo. O primeiro deles foi o **Movimento pelas Diretas Já**³ que reivindicava a escolha para presidente da República por meio do voto direto em todas as capitais do país como afirma Comparato (2014).

Além desse movimento existe o contemporâneo **Não Vote, Lute!**, o qual possui a ideologia anarquista e defende a abstenção eleitoral, pois a compreensão é de que essa prática apenas reforça a democracia burguesa.

De acordo com esse movimento social revolucionário e este panorama histórico brasileiro, compreende-se que o quantitativo de abstenções pode aumentar de acordo com a crítica da população, pois deverá ocorrer uma luta política concreta como um boicote às eleições burguesas, segundo o sítio do **Não Vote, Lute!** Essa prática da abstenção se construiu historicamente nas eleições no Brasil, estando presentes no momento contemporâneo. Vale ressaltar, que a análise sobre o **Não Vote, Lute!** será mais aprofundada no desenvolvimento do estudo.

Outra consideração importante a ser feita em relação ao sufrágio é a “consciência” do eleitor no ato de votar. Vale a pena mencionar, que os votos brancos e nulos, assim como a abstenção propriamente dita podem significar uma espécie de “desobediência civil”, ou seja, uma rejeição às opções eleitorais “conscientemente” ou não.

De acordo com Bobbio (1998), o fenômeno da abstenção eleitoral está associado ao ato político de não comparecer às urnas, justificado por diversos motivos como alienação, “postura apolítica” ou descrença no modelo participativo dos partidos políticos que se colocaram para representar a população. Nesse sentido, o estudo é voltado para a compreensão do fenômeno da abstenção, com o intuito de contribuir no desvelamento das possíveis causas e efeitos do mesmo para a vida política no município do Rio de Janeiro.

Foi possível identificar definições complementares para os termos “Abstenção” e “Abstencionismo”. Segundo o dicionário da Academia Brasileira de Letras, o termo Abstenção refere-se ao “Ato ou efeito de se abster” (ACADEMIA BRASILEIRA DE

³ Foram realizados cerca de 50 grandes comícios, iniciados pelo comício realizado no estádio do Pacaembu, em São Paulo, no dia 27 de novembro de 1983, e que reuniu 15 mil pessoas, e terminados de forma apoteótica com 1 milhão de manifestantes no comício da Candelária, no Rio de Janeiro, no dia 10 de abril de 1984, e 1 milhão e meio de pessoas no comício do Anhangabaú, em São Paulo, no dia 16 de abril de 1984.

LETRAS, 2009, p. 90). Já o termo Abstencionismo é referente à “Abstenção eleitoral ou abstenção de qualquer outro gênero de votação” (Ibidem, op. cit.).

Buscou-se ainda, por meio do sítio – Significados⁴, a origem etimológica do termo “abstenção”, o qual vem do latim “abstencionis” (supressão). Vale ressaltar, que do ponto de vista gramatical o termo abstenção é um substantivo feminino. O referido sítio apresenta uma definição de cunho político acerca do mesmo:

Abstenção é deixar de intervir, de opinar, de não participar voluntariamente de qualquer escolha ou deliberação. É não exercer o direito do voto é não optar por escolher livremente o seu candidato numa eleição, é renegar o seu direito de escolha de seus governantes.

As duas perguntas que nortearam o estudo foram as seguintes: ***“Quais são as influências e motivações do fenômeno sociopolítico da abstenção eleitoral no município do Rio de Janeiro?”***; e, ***“Quais seriam os malefícios e benefícios do fenômeno sociopolítico da abstenção eleitoral no município do Rio de Janeiro?”***.

A motivação para pesquisar o tema em questão surgiu de discussões familiares sob a rejeição e abstenção do direito ao voto e, do interesse em entender as ideologias políticas que influenciam os cidadãos a reproduzirem discursos contrários às eleições.

Outro fator importante enquanto estudante do 4º Ano do Curso Técnico de Nível Médio em Gerência em Saúde está relacionado com as discussões que a Escola Politécnica proporciona no âmbito da Habilitação Técnica de Gerência em Saúde, aos seus estudantes em debates e aulas sobre lutas sociais e contextos sociopolíticos relativos à questão do sufrágio.

A elaboração do projeto também foi motivada pelo desejo de pesquisar o tema tratado no tocante à política eleitoral, partidária e midiática no Brasil contemporâneo. Com base nas informações presente no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro (TRE-RJ) foram coletados dados das eleições para o Poder Executivo na cidade do Rio de Janeiro a partir da década de 2000, com o intuito de obter o quantitativo de votos.

2. DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

4 As definições foram extraídas do sítio de significados gramaticais, acessado em 08/01/2017, no link: <https://www.significados.com.br/abstencao>

2.1. PANORAMA HISTÓRICO DO SUFRÁGIO NO MUNDO E NO BRASIL⁵

Neste capítulo, o estudo será a partir do histórico do sufrágio no Brasil e em alguns outros países que o influenciaram. Posteriormente, aos movimentos das transformações sociopolíticas que ocorriam no mundo, a Inglaterra foi o primeiro país em que as mulheres organizaram-se e lutaram pelo direito do voto feminino, conforme o filme: **As Sufragistas**⁶. Nesse período, as mulheres inglesas se organizaram e criaram um movimento social próprio com o intuito de reivindicar seus direitos políticos no país, pois o voto, assim como os direitos sociais e civis apenas pertenciam aos homens, conforme o filme.

Durante o movimento das sufragistas retratado no filme, as mulheres sofreram perseguições políticas e civis, levadas pela força da polícia para as cadeias localizadas nas delegacias, onde saíam com o marido. Conforme o filme, o movimento organizou as mulheres do país inteiro e inspirou outros coletivos do exterior como o Brasil, que terá o seu histórico sufragista a seguir.

Primeiramente, as deliberações eleitorais são historicamente usadas pelos indivíduos em sociedade, pois se constituíram na Antiguidade, localizadas nas cidades gregas no século V A.C. e introduzidas nas ordens religiosas medievais para a escolha dos dirigentes (NICOLAU, 2012).

A funcionalidade do voto possuía uma história que visava à participação dos cidadãos nas deliberações referentes ao Estado. Como foi retratado no filme, as mulheres buscavam a ampliação dos seus direitos sociais. Nessa lógica, as eleições possuem uma semântica de prestação de contas e uma avaliação crítica do eleitor sobre o candidato que dispute algum cargo político, como vemos a seguir:

Em um modelo puro de prestação de contas, os eleitores utilizam o voto apenas com um propósito: sancionar o representante, e toda informação disponível para os eleitores é revelada pelo desempenho do governante. Em um modelo de mandato puro, eleitores comparam as promessas feitas pelos candidatos sobre o futuro e usam o voto somente para escolher o melhor candidato (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006, p. 125).

Ao longo do tempo, as eleições se modificaram nas sociedades dos países do exterior e conseqüentemente o Brasil, pois recebeu influências sobre esse processo de

⁵ Para subsidiar a elaboração deste subcapítulo foi utilizado o livro – “**Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**”, de autoria do cientista político Jairo Nicolau.

⁶ Filme exibido em 2015, o qual retrata a luta das mulheres pelos direitos políticos e civis na Inglaterra, no século XX, dirigido por Sarah Gavron.

participação. Elas tornaram-se características da história do nosso país, começando no Império, no qual não havia um processo da democratização das instituições.

Com a Independência do Brasil no ano de 1822, os brasileiros líderes deste o movimento possuíam uma necessidade de promulgar uma nova Constituição para o Império, para definir os direitos políticos e as representações de cada indivíduo (NICOLAU, 2012). A Constituição de 1824 definiu eleições regulares para o Poder Legislativo, havendo a Câmara dos Deputados, o Senado e os outros cargos políticos que tinham eleições diferenciadas (Idem, op. cit.).

Os cargos políticos do Império eram divididos em juizes de paz, os juizes, os vereadores e os procuradores. O juiz de paz possuía a função de “organizar uma listagem com os nomes de todos os votantes e eleitores de cada paróquia” (NICOLAU, 2012, p. 29), participando da Junta de Qualificação de alistamento. Além dele, os juizes, os vereadores e os procuradores eram responsáveis por “julgar pequenos delitos e arbitrar os conflitos”; “cuidar da manutenção da localidade”; e, “serviam como tesoureiro e cumpriam as deliberações dos vereadores”, respectivamente (NICOLAU, 2012, p. 13). As representações e o Poder Judiciário do Império brasileiro organizavam-se de acordo com a prévia constitucional.

No entanto, os governantes locais responsáveis pela administração e controle das províncias eram nomeados pelo imperador, em função do alto cargo de confiança para os presidentes. Este cargo da política imperial pode está relacionada aos prefeitos que seriam representantes municipais na República.

Neste período, as eleições para os cargos políticos funcionavam de forma indireta, possuindo duas etapas de votação, com requisitos distintos previsto na Constituição, conforme Nicolau (2012, p.13).

A expressão “homens bons” era utilizada para designar os membros da elite local. O homem bom precisava preencher certos requisitos: ter mais de 25 anos, ser católico, casado ou emancipado, ter cabedal (ser proprietário de terra) e não possuir impureza de sangue.

Além desses requisitos, o eleitorado era dividido em dois graus, o primeiro eram cidadãos da paróquia denominados de votantes que escolhiam os eleitores e posteriormente os escolhidos pelos votantes eram denominados de eleitores que elegiam (todos sendo alfabetizados) os cidadãos para os cargos citados acima. O eleitorado deveria obter “uma renda anual de 100 mil-réis para ser votante (primeiro grau) e 200

mil-réis para ser eleitor (segundo grau)” (NICOLAU, 2012, p.23). Esse modelo terminou no ano de 1881 com a Lei Saraiva implementando o voto direto.

Há dados do quantitativo de cidadãos analfabetos nos bairros do município do Rio de Janeiro, o qual o percentual de analfabetos estava dividido da seguinte forma, em “Santa Cruz (57%), Guaratiba (52%), Jacarepaguá (48%) e Irajá (40%)” (NICOLAU, 2012, p.27). Além disso, no bairro da Candelária localizava-se a elite mais próspera da cidade. Entretanto, a comprovação de requisitos não era obrigatória perante a Junta de Qualificação.

O processo eleitoral no Império organizava-se pelo juiz que requeria os eleitores com mais votos para se agrupar em duplas assim indicar os cidadãos para os respectivos cargos, em segredo (Idem, op. cit.). Em seguida o juiz deveria apurar os votos dos eleitores e divulgar nas paróquias.

No período eleitoral, a Constituição de 1824 obrigava os eleitores a comparecerem às paróquias para deliberarem sobre determinado cargo. Um exemplo disso eram as punições em relação à abstenção do voto, no qual previa uma multa de 10 mil-réis (Idem, op. cit.).

O próximo contexto histórico que o país vivenciou, foi a Primeira República (Espada e Café com Leite), na qual o sistema eleitoral e os cargos políticos modificaram-se. Em primeiro ponto, os governantes das províncias passaram a ser eleitos pelo voto direto assim como o presidente do país e os senadores que tinham mandato de 9 (nove) anos, eleitos em três estados, além dos deputados serem eleitos para três anos de mandato (Idem, op. cit.). Outra característica importante dessa história, o presidente e o vice-presidente eram escolhidos, sem chapa única, para um mandato de quatro anos que caso “não obtivesse a maioria absoluta dos votos, caberia ao Congresso Nacional escolher um dos mais votados” (NICOLAU, 2012, p.47).

No âmbito municipal, o Poder Executivo não realizavam eleições, pois os prefeitos poderiam ser escolhidos “pela população ou escolhido pelo legislativo, em uma espécie de parlamentarismo municipal” (NICOLAU, 2012, p. 51). É importante dizer que os municípios não possuíam independência em relação aos estados brasileiros, pois estes poderia realizar qualquer ação política que delimitasse a liberdade eleitoral e de alistamento municipal.

Após a Proclamação da República e de ocorrer novas eleições, a Constituição de 1891 foi promulgada. Não obstante, a Lei Saraiva e Rosa Silva se relaciona diretamente com a questão do sufrágio, já que apontava “os eleitores, para as câmaras gerais,

provinciais e municipais, todos os brasileiros no gozo de seus direitos civis e políticos que souberem ler e escrever” (NICOLAU, 2012, p.52).

Além disso, a Lei Rosa e Silva estabeleceu que os eleitores se alistassem por iniciativa própria, além da possibilidade do eleitor votar mais vezes no mesmo candidato, sem a necessidade de haver o voto secreto. Uma nova medida proposta pela Constituição foi à ampliação de votos para os estrangeiros, os cidadãos maiores de 21 anos, a exclusão do voto censitário e de baixas patentes das Forças Armadas (Idem, op. cit.).

Compreende-se que a elite republicana participava dos processos eleitorais como se verifica no seguinte capítulo. A obrigatoriedade de o voto ser aberto facilitava o controle e a prática de ameaça da elite predominante no período em relação aos eleitores que deveriam eleger os candidatos indicados por esses setores econômicos.

Com essas leis aprovadas o quantitativo do eleitorado brasileiro diminuiu, pois “o número de homens que poderiam se alistar estava em torno de 123 mil, neste caso haviam 20 mil eleitores inscritos” (NICOLAU, 2012, p.60). Percebe-se que o número de eleitores diminuiu gradativamente.

As votações que anteriormente eram organizadas por juízes foram tuteladas pelo presidente da Câmara Municipal e, posteriormente, pelo Ministério Público, no sentido de realizarem a apuração dos votos dos eleitores na Junta Qualificadora. O processo eleitoral modificou-se nessa primeira fase da República, pois os alistamentos e as apurações dos votos do eleitorado foram organizados por uma Comissão Municipal na Câmara dos Vereadores.

No término da Primeira República no ano de 1930, o político Getúlio Vargas se estabeleceu no Poder Executivo no Brasil. Neste período, implementaram-se profundas mudanças eleitorais nas eleições para todos os cargos políticos do país, após a promulgação de um Código eleitoral que regulamentava o direitos político e a organização das votações.

O Código Eleitoral previa “a extensão do direito ao voto às mulheres, a criação da Justiça Eleitoral, a adoção do voto secreto e da representação proporcional e a exigência de que partidos e candidatos fossem registrados antes do dia das eleições” (NICOLAU, 2012, p. 74-75). Essas novas medidas obteve impactos no meio sociopolítico da Era Vargas.

As novas regras das eleições ocorreram para o Poder Legislativo do Brasil e obrigavam os homens e mulheres (empregadas em funções públicas) a participarem do

alistamento e do processo de escolha dos candidatos, tornando facultativo o processo para os cidadãos com maiores de 70 (setenta) anos, militares e magistrados. Caso as pessoas se abstivessem do voto ou do alistamento, elas seriam punidas e responsabilizadas pela ação inflacionária previsto no Código Eleitoral, como é afirmado a seguir:

O cidadão sem o título de eleitor não poderia exercer nenhum cargo público nem provar identidade e ainda era obrigado a pagar multa anual; os que faltassem às eleições e não provassem justo impedimento teriam que pagar multa do mesmo valor (NICOLAU, 2012, p.77).

É possível afirmar que o Código Eleitoral alterou a preparação e a conclusão das eleições brasileiras, contribuindo para uma melhora na reorganização da representação. A primeira questão foi o cadastramento do eleitorado, realizado através dos responsáveis legais ou por iniciativa do próprio eleitor e em segunda, o processo de fraude diminuiu de acordo com as exigências do Código, pois os eleitores destinavam-se para uma cabine a fim de escrever o nome do seu candidato no papel que posteriormente seria apurado pelos juízes da Justiça Eleitoral.

Vale destacar que as eleições para o Poder Legislativo ocorria no modelo proporcional sendo escolhidos por meio do voto direto (pela população) e indireto (eleitos pelos sindicatos). Inicialmente, “os delegados de diversos sindicatos e associações se reuniam na Capital Federal para escolher os representantes” (NICOLAU, 2012, p. 85), com o intuito de eleger os políticos para o Congresso Nacional.

Com o fim da Era Vargas, os parlamentares formularam uma nova Constituição no ano de 1946 a fim de estruturar o Estado Nacional após a Ditadura de Vargas. Algumas leis foram sancionadas na Constituição brasileira como a Agamenon que influenciou as organizações eleitorais, pois consolidava o Código Eleitoral no período anterior.

A lei Agamenon estabelecia que a Justiça Eleitoral organizasse o pleito eleitoral com alistamentos e votos obrigatório, as deliberações seriam majoritárias para o Poder Executivo e o Senado e consecutivamente proporcional para o Legislativo, além de vincular todos os candidatos a algum partido político com candidaturas registrada antecedente ao pleito no Tribunal Superior Eleitoral e que as cédulas de votação fossem distribuídos no ato da eleição (TSE). Essa ação pretendia organizar e obrigar o registro dos candidatos por vias legais.

Ademais, os estados brasileiros possuíam constituições próprias garantidas na federação brasileira e, portanto definiam as regras eleitorais para os municípios, contribuindo para a falta de autonomia política municipal (Idem, op. cit.).

No entanto, ocorreram prejuízos na democracia representativa, pois os partidos radicalizados possuíam seus parlamentares e registros cassados pelo TSE. O Tribunal optou por cassar o registro do Partido Comunista do Brasil (PCB), em função de a organização ter influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), além de atuar em greves, passeatas e organizações políticas de uma forma ampla.

Neste período histórico foram destacadas questões resultantes das normas e regras eleitorais, conforme citação abaixo.

Escolha via eleições diretas dos principais postos de governo nas três esferas da federação (União, estados e municípios); organização de um sistema de eleições no qual os partidos políticos eram reconhecidos como unidades fundamentais; eleições limpas; cujos resultados foram apenas marginalmente afetados por fraudes; incorporação de um número expressivo de adultos com idade suficiente para votar. (NICOLAU, 2012, p.92 e 93):

Em meio às normas eleitorais estabelecidas por cartas elaboradas nas instituições do Estado, os analfabetos, as baixas patentes das Forças Armadas, os moradores de rua e perseguidos políticos não tinham direito ao sufrágio. Por outro lado, as mulheres com atividades lucrativas juntaram-se ao grupo dos cidadãos que votavam obrigatoriamente e todos eram alistados por vontade própria no período Vargasista.

Essas normas eleitorais feitas pelo TSE baseadas na Constituição e no Código Eleitoral perpassaram o período sociopolítico da Democratização do país, posteriormente a Era Vargas. Esse período chegou ao fim no ano de 1964, justamente na implementação do golpe Empresarial-Militar que depôs o presidente da República João Goulart.

No período da Ditadura Empresarial-Militar, as Forças Armadas controlaram a política brasileira interferindo nos direitos dos cidadãos que haviam sido estabelecidos. Os direitos políticos diminuíram de acordo com os Atos Institucionais, como o número 1 que cassava e perseguia os políticos e cidadãos contrários ao Regime Militar (LARA & SILVA, 2015, p. 278 apud GUISONI, 2014, p. 28):

O artigo 10 do Ato Institucional n. 1, ele cassou os direitos políticos de 37 pessoas, entre as quais três ex-presidentes, seis governadores estaduais e 55 membros do Congresso Nacional. Dez mil funcionários públicos foram demitidos e cerca de cinco mil inquiridos sumários que envolveram 40 mil pessoas foram abertos.

Ainda nessa lógica ditatorial, os presidentes da República e generais do Exército sancionaram o Ato Institucional nº 2 que estabelecia a abolição da eleição direta para presidente da República, dissolveu os partidos políticos com exceção da Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). O presidente ditador também podia dissolver o Congresso Nacional, demitir os funcionários públicos ou militares de oposição e ainda decretar Estado de Sítio (CARVALHO, 2009). Os militares consideravam a Arena e o MDB, porque o primeiro representavam as Forças Armadas e o segundo representava uma oposição sem “voz”.

Além do presidente da República, os governadores dos estados possuíam eleições indiretas realizadas pelas Assembleias Legislativas e deveriam indicar prefeitos para as capitais dos estados, consideradas a Segurança Nacional. De acordo com essa determinação, os cidadãos brasileiros perdiam a sua capacidade de escolha.

Neste período histórico, os militares adotavam sistemas eleitorais que poderiam favorecer a Arena. Um bom exemplo é a criação da sublegenda que legalizava a concorrência de três candidatos da Arena e um do MDB que no final das eleições, o partido mais votado assumiria o cargo para o Legislativo.

O Congresso Nacional foi mantido durante o Regime, possuindo a função de eleger um Colégio Eleitoral para a escolha do presidente e, posteriormente, dos senadores dos estados, em função de manter um político desse cargo na base aliada da Arena conhecido como senador biônico. A partir disso, os militares controlavam as esferas do Estado.

O direito do voto resguardado aos cidadãos foi acrescentado uma única informação: “as mulheres que não exerciam profissões lucrativas também se viram obrigadas a se alistar e votar” (NICOLAU, 2012, p. 113). Neste sentido todos os cidadãos brasileiros com exceção dos analfabetos e dos outros com direitos suspensos eram obrigados a votar.

As sanções relativas às abstenções eleitorais nesse período tornaram-se mais rigorosas. Os eleitores que não comparecesse as urnas, tinham que “pagar multas, os eleitores que não provassem o seu comparecimento às urnas teriam uma série de dificuldades em sua vida privada” (NICOLAU, 2012, p. 115).

De acordo com Nicolau (2012), praticamente no término do Regime Militar do Brasil, nas eleições de 1982 cinco partidos foram criados: Partido Democrático Social (PDS); Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); e, Partido do Movimento Democrático Brasileiro

(PMDB). Nesse mesmo ano, foram estabelecidas eleições diretas para os Poderes do Executivo Estadual e Municipal.

Esses avanços de liberdade civil para expressar a vontade através dos partidos políticos e da conquista dos direitos políticos surgiram através da organização do Movimento das Diretas Já. Compreende-se que o Movimento reivindicava a escolha popular para presidente da República. Conforme Nicolau (2012, p. 119):

Entre novembro de 1983 e abril de 1984, o Movimento Diretas Já organizou comícios e passeatas em dezenas de cidades brasileiras. Seu principal objetivo era dar apoio a uma Emenda Constitucional que tramitava no Congresso e propunha a adoção das eleições diretas para a Presidência.

A Emenda não foi aprovada no Congresso Nacional, mas estimulou a luta pelos direitos políticos que os brasileiros perderam durante o Regime, facilitando o processo de organização e mobilização dos cidadãos que reivindicavam a democracia. O Movimento pressionou o Congresso para aprovar em 1985, a lei que restituía o voto direto para presidente da República, além de facilitar a criação de outros partidos políticos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Frente Liberal (PFL), Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Em meio ao processo de Redemocratização do Brasil, as eleições para o Poder Legislativo persistiam as sublegendas dos partidos políticos que teriam seus candidatos eleitos para a elaboração da nova Constituição de 1988 (NICOLAU, 2012). Essa Constituição brasileira de 1988 possuía alguma semelhança à Constituição de 1946, pois manteve o Congresso Nacional (Senado e Câmara dos Deputados), sistema de votos proporcionais para os Deputados, Presidencialismo, separação dos poderes entre União, estados e municípios (Idem, op. cit.).

Retomando ao direito político, o sufrágio universal não era garantido a todos os brasileiros, em função da exclusão dos analfabetos. No entanto, a Emenda da Constituição nº25 estabeleceu a extensão do sufrágio aos analfabetos, mesmo sendo sem obrigatoriedade e mantendo sua condição de inelegíveis.

No que diz respeito às abstenções eleitorais, a Constituição aprovada em 1988, prevê punições em relação aos faltosos. Essa punição pode variar de acordo com os casos, em uma multa de R\$ 1,05 a R\$ 35,14 reais além da impossibilidade de ingressar nas universidades, abertura de contas bancárias, exclusão dos concursos públicos e das viagens internacionais.

Após a Constituição de 1988, os partidos políticos podiam coligar-se com outros em diferentes níveis de poderes, sendo um para o Poder Executivo e partido diferente para o Legislativo.

Outra questão é a introdução das urnas eletrônicas nos sistemas eleitorais durante o pleito. As urnas foram implementadas nas eleições brasileiras, a fim de prevenir fraudes eleitorais, sendo subordinadas a testes realizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

2.2 DO CORONELISMO TRADICIONAL AO CONTEMPORÂNEO.

Neste capítulo serão abordadas as práticas do clientelismo acompanhando desde o seu pretérito ao futuro, localizando aspectos e características do coronelismo relacionado com os clientes eleitorais e o voto de cabresto.

Com a implantação da República no Brasil, especificamente a do Café com Leite, foi estabelecido o regime democrático da representação, sendo necessário realizar eleições para os cargos públicos. Durante esse período histórico, o Brasil possuía uma estrutura agrária voltada para uma política de exportação realizada por uma classe proprietária (LEAL, 1948) a qual chamamos de coronéis que produziam Café e o Leite nos estados de São Paulo e Minas Gerais respectivamente.

Com um vasto país totalmente agrário no período que pode-se chamar de República Velha, pois “caracterizou-se como altamente conservadora, oligárquica e regionalista” (NUNES, 2003, p. 48), os coronéis tornavam-se a classe dominante em função do controle dos principais produtos que sustentavam a economia brasileira, sendo um tempo auge dos produtores de café e leite. Logo, eles controlariam também o meio político para garantir os seus interesses.

Na República do Café com Leite se destacam a prática do coronelismo, o clientelismo e o voto de cabresto. Sendo assim as classes dominantes possuíam privilégios em relação aos direitos sociais, políticos, econômicos e civis. Esses privilégios eram possíveis, pois havia uma “concentração de renda, baixo índice de alfabetização e escolaridade dos estratos mais pobres da sociedade, ausência de consciência política e de cidadania” (MARTINS & IMASATO & MOURA, 2011, p. 391).

No auge dessa nova fase política, o Poder Executivo no Brasil foi cobiçado pelas oligarquias⁷ elitistas do período republicano vigente. Os estados brasileiros de Minas Gerais e São Paulo garantiam o andamento harmônico da economia e visavam o poder do presidente da República que se completava em quatro anos de mandato. Neste sentido os chefes do Executivo no período alternavam-se entre mineiros, paulistas e os seus aliados segundo o sítio⁸ da Câmara dos Deputados.

Uma concepção de coronelismo produz um efeito de sentido de troca, ou seja, os eleitores passam a não ter uma aliança eleitoral começando a ser vistos como clientes em específico durante a República Velha como afirma Leal (1948, p. 44):

O coronelismo é, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência dos chefes locais, notadamente os senhores de terra.

Em meio a esse contexto político-social são apontadas justificativas para o coronelismo, o qual possui uma linha histórica que se pode dizer que é “datado e que surge em virtude de dois fatores principais: o federalismo⁹ republicano, que substituiu o centralismo imperial, e a decadência econômica dos grandes proprietários de terra, que passavam a necessitar da presença do Estado” (MARTINS & IMASATO & MOURA, 2011, p.394). Os donos das produções de café e leite garantiam-se no poder político para retirar a centralidade do Estado e assim instituir a federação, dando maior autonomia aos estados oligárquicos.

O clientelismo como uma prática sociopolítica daquele período era significado a partir de uma relação social e pessoal entre coronel e camponeses, os quais eram subordinados a qualquer ordem ou mandonismo do patrão, pois não possuíam direito a propriedade da terra (NUNES, 2003). Nessa relação era mantido um paternalismo proveniente do coronel que fornecia uma terra e proteção para o camponês sobreviver. Toda essa prática em função das desigualdades sociais, não sendo garantido o direito civil, social e político.

Diante desse compromisso de relação entre camponês e patrão, o coronelismo é facilitado e carregado por algumas características que são o mandonismo, o filhotismo, o falseamento dos votos e a desorganização do funcionalismo público local (LEAL,

⁷ Governo de poucas pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família (FERREIRA, 2004, p.1434).

⁸ Conjunto de documentos apresentados ou disponibilizados na *Web* por um indivíduo, que pode ser fisicamente acessado por um computador e em endereço específico de rede (FERREIRA, 2004, p. 1858).

⁹ Sistema de governo que consiste na reunião de vários estados em uma só nação, sem perda de autonomia (AMORA, 2009, p. 311).

1948). Baseado nessas características, a prática do coronelismo controla todo o período da República Velha e realiza uma imposição a todos os votantes homens maiores de idade, para estes escolherem os representantes indicados pelos coronéis.

Tais características estão presentes em torno do recorte inicial do estudo, como por exemplo, o filhotismo¹⁰ que convoca os eleitores com o destino aos locais de votação para estes votarem e escolherem os candidatos indicados (Idem, op. cit.) o próprio termo possui um sentido de paternidade, pois os chefes locais controlavam os locais e organizavam o momento eleitoral desde o início ou local. Em relação ao mandonismo¹¹ os chefes locais exigem que os eleitores das zonas eleitorais cumpram todas as ordens, além das perseguições aos adversários políticos que ocorreram no município (Idem, op. cit.).

Em um ano eleitoral, os coronéis possuíam as suas despesas mensais aumentadas. Os donos de terras deveriam acolher os eleitores que eles buscavam seja entre os seus funcionários ou outros indivíduos de diversas localidades, com a finalidade de comprar os votos destes. Em razão disso os proprietários garantiam um local para os eleitores se alojarem, até o dia da eleição, um transporte para locomoverem e alimentação a todos os sufragistas, aumentando as despesas como se verifica a seguir (LEAL, 1948, p. 57):

Há ainda as despesas eleitorais. A maioria do eleitorado brasileiro reside e vota nos municípios do interior. E no interior o elemento rural predomina sobre o urbano. Esse elemento rural, como já notamos, é paupérrimo. São, pois, os fazendeiros e chefes locais que custeiam as despesas do alistamento e da eleição.

Outro aspecto importante na conjuntura política do coronelismo, o qual está relacionado com o modelo de cliente nesse período é uma relação de favores mútuos, ou seja, os chefes municipais e os estaduais levavam os votantes para as zonas eleitorais para escolherem os partidos políticos representados pela elite paulista e mineira (MARTINS & IMASATO & MOURA, 2011) com a finalidade de ganhar serviços de benefício próprio.

Durante esse período é notável que as eleições não fossem feitas sob uma forma democrática, pois não havia uma ampla divulgação dos candidatos e em muitas situações o eleitor não podia escolher um candidato da oposição, com o risco de sofrer

¹⁰ Proteção escandalosa; favoritismo (FERREIRA, 2004, p. 897).

¹¹ Costume e abuso de mando; prepotente (FERREIRA, 2004, p. 1263).

graves consequências. Essas eleições também não contavam com uma fiscalização parcial de qualquer instituição que não favorecesse nenhum candidato.

Neste período é comprovado que a concentração agrária do país possui um agravamento pela má distribuição de terras, em função dos grandes proprietários serem a minoria nos campos e mesmo assim representarem a maioria total dos estabelecimentos agrícolas (LEAL, 1948). O coronelismo se apropria das características agrárias do período mencionado, pois a base econômica do país, sustentado pelo município, eram os produtos provenientes das plantações e do gado.

Essa prática sociopolítica persiste desde a época do Brasil Império e se encontra presente no período republicano. Esse contexto é compreensível a partir de uma conjuntura estrutural brasileira capitalista que permite a falta de liberdade civil e econômica da classe popular, concedendo espaços a imposições político-econômicas baseadas no poder local das oligarquias. Percebe-se tal fato a partir do seguinte trecho de Leal (1948, p. 46).

Além do mais, no meio rural, é o proprietário de terra ou de gado quem tem meios de obter financiamentos. Para isso muito concorre seu prestígio político, pelas notórias ligações dos nossos bancos. É, pois, para o próprio “coronel” que o roceiro apela nos momentos de abertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições para outras necessidades.

Portanto, não havia voto secreto, todos que estavam localizados na mesma zona eleitoral, incluindo os coronéis e os mesários, sabiam quais foram os candidatos escolhidos pelos votantes, segundo a lei Rosa e Silva. Esse processo facilitava a compra de votos, pois os camponeses apenas votavam nos candidatos indicados pelos donos de terras, ou seja, nos seus patrões ou em quem recebia sua indicação.

Vale ressaltar, que no período eleitoral supracitado também não havia um controle imparcial de todo o processo de reconhecimento da contagem dos votos que era realizado pela Câmara dos Deputados e pela Assembleia Legislativa, como afirma Nunes (2003, p. 48):

Esse processo de reconhecimento exigia que os coronéis locais entrassem de acordo com os governadores e o presidente da República, para garantir os resultados que agradassem ao sistema dominante.

Com efeito, era estabelecida uma troca de favores entre os camponeses e os patrões, por meio do sufrágio e o poder exercido pelos latifundiários. Havia nesse período, um modelo de interesses políticos na questão social brasileira, pois os

camponeses precisavam de um pedaço de terra para manter-se e os coronéis buscavam obter a sua autonomia econômica e enriquecer cada vez mais no meio político.

Baseado nessa troca de favores e de interesses garantidos por ambas as partes, o sufrágio no Brasil neste período pode ser denominado como *voto de cabresto*, pois há uma hegemonia entre beneficiados “apenas em relação aos dependentes de sua propriedade que constituem esse maciço” (LEAL, 1948, p. 72), não havendo escolha democrática nas eleições. Com a ausência de direitos sociais, como por exemplo, educação e assistência à saúde, se dava a ausência de garantia de direitos políticos. A contrapartida exigida dos patrões em torça da prestação de favores era o voto, ou seja, o chamado voto de cabresto (LEAL, 1948).

Nesse sentido, a democracia deliberativa é extinta, prevalecendo apenas à negociação entre clientes. Conforme Dallari (1983, p.56), o voto não deve ser negociado:

O eleitor não se esqueça de que o voto é a expressão de sua consciência e de que por isso ele não deverá ser negociado, vendido ou trocado, não deve ser para agradar alguém ou para pagar favores recebidos.

Nessa linha de raciocínio, o governante eleito privilegia o grupo financiador e apoiador que o favoreceu nas eleições e o ajudou a restringir a liberdade democrática fortalecendo o voto de cabresto. Segundo Rousseau (2005, p. 33), o governante não consegue ter autonomia e muito menos busca essa estabilidade governamental, não havendo credibilidade em relação aos cidadãos:

Sendo o soberano só formado pelos particulares que o compõe, não tem nem pode ter interesses contrários aos deles; conseqüentemente, o poder soberano não tem precisão alguma de garantia com os seus súditos.

No tocante a esse projeto percebe-se que o clientelismo e o coronelismo estão historicamente e sociologicamente relacionados. Na Primeira República, os chefes locais, os quais são denominados coronéis, utilizam de meios políticos para realizarem uma troca com os camponeses assalariados que possuíam título de eleitor. No entanto, para Dallari (1983, p. 56): “é necessário que o eleitor obtenha conhecimento sobre os principais problemas sociais que o escolhido deverá procurar resolver”, assim o eleitor pesquisará sobre os seus candidatos antes de os escolherem para os cargos políticos.

Ao analisar esse período histórico-socialmente é possível observar que, a sociedade brasileira era repleta de hierarquias, as quais começavam nos meios locais crescendo para o âmbito municipal e estadual na realização das trocas de favores e

vínculos que tinham como interesse garantir cargos e privilégios no governo, além das participações nos conselhos político (NUNES, 2003). Com efeito, nesse processo político estavam envolvidas as esferas municipais e estaduais que se relacionavam com os coronéis, de uma forma mais intensa os políticos municipais possuindo maior presença local.

Esse processo de troca de favores entre os políticos e de compra de votos na relação de patrão e camponês era garantida pelo fato do município não apresentar uma autonomia própria, dependendo-se dos coronéis na totalidade dos casos. Na conjuntura sociopolítica desse período o coronel e o poder municipal estavam relacionados mutuamente, pois cada organização não era autônoma em relação à outra. Podem-se depreender tais afirmações, baseado em Leal (1948, p. 69) “que o problema verdadeiro não é o de autonomia, mas o de falta de autonomia, tão constante tem sido, em nossa história”, gerando consequências como o excesso de cargos para beneficiar os coronéis aliados.

O papel dos estados e da União ajuda no fortalecimento dessa falta de autonomia municipal beneficiando esses poderes e os chefes locais como vemos a seguir: “a sua opinião prevalece nos conselhos de governo em tudo quanto respeite o município, mesmo sendo assuntos que são de competência privativa do estado e da união” (LEAL, 1948, p. 69). Desta forma, os poderes não fiscalizam a administração municipal corretamente e conseqüentemente não fiscalizam os chefes locais.

A causa principal para a não fiscalização da administração municipal sobre a miséria orçamentária e as eleições municipais era resultado de um processo de apropriação dos cofres e serviços do município, a fim de formar os governos dos estados (LEAL, 1948). Essas características sociopolíticas incorporavam-se às relações de clientela entre os atores sociais deste período. Para Leal (1948, p. 71):

A “vista grossa” que os governos estaduais sempre fizeram sobre a administração municipal, deixando de empregar sua influência política para moralizá-la, fazia parte do sistema de compromisso coronelista. Estava incluída na sua carta branca que recebiam os chefes locais, em troca do seu incondicional apoio aos candidatos do governo nas eleições estaduais e federais.

O aspecto referido abordava também a relação entre os candidatos do nível municipal e os políticos da esfera estadual, pois a relação entre estes resultava na maior possibilidade de garantir uma administração que suprisse os interesses (LEAL, 1948). De acordo com essas circunstâncias, o nível federativo do município não era realizado

na prática, pois esses territórios locais ausentes da política autônoma eram instrumento de clientela entre os governos das esferas superiores e os coronéis.

Nesse mesmo caso, os coronéis representados pelos partidos políticos possuíam interesse maior ao se vincular a prefeitos e governadores. Logo, juntamente com os partidos políticos tendem a disputar os seus laços de alianças objetivando uma vaga no governo (Idem, op. cit.). Os fazendeiros nesse sentido buscavam se vincular ao governo municipal, visando o acúmulo de privilégios, além do controle local e da relação com os governos estaduais ou federal, o que estimulava a disputa entre os coronéis nesse período. Como Leal (1948, p. 67):

Não se batem para derrotar o governo no território do município, a fim de fortalecer a posição de um partido estadual ou nacional não governista: batem-se para disputar, entre si, o privilégio de apoiar o governo e nele se amparar.

Com essas práticas se intensificando, as consequências no meio econômico-político se davam no país, mais especificamente no município do Rio de Janeiro, dentre os quais se destacam a estagnação do mercado interno e a degradação da agricultura (MARTINS & IMASATO & MOURA, 2011).

Nesse contexto o universalismo de procedimentos pode ser definido como “normas que podem ser formalmente utilizadas por todos os indivíduos” (Nunes 2003, p. 23), ou seja, são todos os direitos sociais, políticos e civis que devem ser garantidos na constituição brasileira compreendendo e estimulando a consciência de cidadania.

No tocante, desse período histórico-político tais práticas clientelistas foi um fato que ocorreu em toda a República Velha estando com uma intensa presença após Crise Mundial de 1929, passando no período de Vargas estando presente ainda hoje no cenário político.

Não obstante, após o término desse período histórico que teve centralidade na Política do Café com Leite, em função da disputa eleitoral entre os paulistas e os mineiros pondo um fim no acordo político entre os dois estados, o Brasil sofreu uma intervenção política e social apoiado por Minas Gerais e Rio Grande do Sul, para Getúlio Vargas eleger-se. Na terceira década do século XX “produziu-se uma aliança, em 1930, entre Minas Gerais, Rio Grande do Sul e o Nordeste, além das camadas médias urbanas, setores do tenentismo e da juventude militar radicalizada” (VIANNA, 2002, p. 41).

Em seu governo presidencial entre os anos de 1930 a 1945, o país mudava as suas características governamentais, como por exemplo, o federalismo. O novo sistema de governo implantou a centralização no Estado, transferindo toda a autonomia dos estados e os municípios para a União. Para tomar o poder e colocar em prática toda a sua política, Vargas teve que apoiar os militares, os ruralistas, os industriais e os operários (NUNES, 2003).

No intuito de beneficiar as classes sociais que ajudaram Getúlio Vargas a chegar ao Poder Executivo, o Estado brasileiro deveria estar centralizado e todos os seus recursos econômicos sob o poder estatal. Para estabelecer esse controle e beneficiar os seus apoiadores, o governo deu início a uma política de corporativismo¹².

Esse novo modelo de governo previa que a União controlasse os recursos econômicos e toda a estrutura sociopolítica do país, contribuindo para a estatização e a centralização dos meios políticos (Idem, op. cit.). A partir do corporativismo o presidente da república criou instituições públicas para controlar os municípios e os estados.

Durante esse período corporativista, o presidente Getúlio Vargas criou a Justiça Eleitoral responsável por regularizar e fiscalizar as eleições para qualquer cargo político, além da criação do “Ministério do Trabalho, com seus departamentos regionais, a Justiça do Trabalho, os sindicatos, as federações e as confederações (...)” (NUNES, 2003, p. 52). No país começava a surgir às primeiras leis trabalhistas do país que beneficiavam os operários.

Além das leis trabalhistas, os operários poderiam se organizar a partir de sindicatos controlados, regulados e registrados pelo Ministério do Trabalho, para serem considerados legais e ter o seu funcionamento garantido no meio político (NUNES, 2003). Em relação a essas ações governamentais houve um avanço, em comparação com a República Velha.

No Estado Novo, houve o estabelecimento de uma política ditatorial. O presidente Getúlio Vargas indicava os interventores do governo para os cargos de prefeito e governador. Nessa lógica, os direitos ficaram retidos nesta prática clientelista como afirma o trecho: “no terreno da Educação, imperava a rotina; no serviço público reinava a patronagem” (NUNES, 2003, p. 50).

¹² Sistema que se funda no agrupamento das classes produtoras em corporações sob o controle do Estado (AMORA, 2009, p. 178).

Durante o período varguista, representando a nova política no Brasil, as heranças do clientelismo deixadas pela Política do Café com Leite haviam sido apropriadas pelo Estado. O corporativismo ajudou o governo federal a deter a maioria dos recursos para assegurar o seu apoio pautada no clientelismo (NUNES, 2003).

Percebe-se que os apoios que Getúlio Vargas ganhou para assumir o cargo de presidente foram restituídos em forma de troca de favores. Um exemplo relevante foram os avanços dos direitos trabalhistas e a nomeação de interventores no governo proveniente das Forças Armadas (Idem, op. cit.).

No âmbito nacional neste período histórico o governo varguista concentrou e nacionalizou os recursos para trabalhar a prática do clientelismo para garantir o apoio na política contribuindo para uma imagem paternal, proveniente do patrão no meio rural (Idem, op. cit.).

Vimos anteriormente, que a política brasileira durante todo o período republicano foi pautada na troca de favores realizados entre os coronéis, os camponeses e as autoridades municipais estaduais e o presidente da República. Uma prática do passado que ainda ocorre no presente, mesmo após a Redemocratização.

Vale ressaltar, que o sistema econômico que o Brasil está inserido é o capitalista, o qual possui contradições que muitas das vezes estão inseridas também nos partidos políticos. Os partidos políticos estão inseridos nesse sistema, como afirma Nunes (2003, p. 23):

Um padrão dominante de ação social baseada no individualismo e no impersonalismo de procedimentos que repousa em uma multiplicidade de frações de classe, grupos de status, partidos políticos e cidadania.

Nos dias atuais a sociedade brasileira possui uma ampla diversidade partidária. Com efeito, a democracia representativa garantida na Constituição faz com que os partidos políticos desempenhem uma importante função, podendo contraditoriamente ir em direção a práticas clientelismo ou à ampliação da participação política. As articulações dos partidos políticos podem ser percebidas nas relações interpessoais e institucionais, configurando também o clientelismo.

Contudo, outras ações políticas podem ser realizadas para favorecer a ocorrência de outras ações políticas que podem ser realizadas para facilitar a troca de favores entre grupos econômicos e governantes, conforme Nunes (2003, p. 32):

Além desses meios tradicionais de patronagem, outros meios “indiretos” são criados, como linhas de crédito a serem utilizadas por fazendeiros ou homens

de negócios locais, através do Banco do Brasil ou outros bancos estatais e agências de desenvolvimento. Empreiteiros e construtores que trabalham para o Estado por contrato frequentemente se beneficiam das redes de relações a fim de receber pagamento imediato nos serviços prestados.

Desta forma, a questão abordada tem a ver com os empreiteiros e construtores que costumam financiar as campanhas eleitorais. Isto mostra que neste contexto, que o voto é considerado uma mercadoria. O voto-mercadoria integra o cenário sociopolítico da troca de favores estando inscritos como uma prática de clientelismo contemporâneo.

Além dessas organizações partidárias que fazem o clientelismo, percebe-se que ainda no século XXI, as práticas de cliente se mantêm na nossa sociedade atual, com a ajuda da ampliação de comunicação, como por exemplo, a internet. Os websites provenientes da internet possuem um papel fundamental na permanência da troca de favores no meio eleitoral.

Com o discurso de facilitar a comunicação e tornar cada vez mais democrática a propaganda eleitoral, os candidatos lançam suas campanhas. Por meio da internet com o intuito de se comunicar com os eleitores. A nova linha de comunicação examina as possibilidades positivas que a internet fornece como ampliação da informação afastando-se das manifestações arcaicas (NICOLÁS & BECHER & BRAGA, 2013).

Os candidatos utilizam os websites, de uma forma mais frequente, com o intuito de acessar o maior número possível de eleitores. Pode-se destacar que os fornecedores como a Minister Express¹³ participaram da campanha eleitoral no ano de 2008 para prefeito no município do Rio de Janeiro, na qual o candidato Eduardo Paes (PMDB) foi eleito.

Posteriormente, no ano de 2012 para o mesmo cargo político, o partido em questão contou como fornecedor, o plano de seguros Bradesco Saúde.

Os setores econômicos que financiam as campanhas eleitorais da maioria dos candidatos a prefeito da cidade do Rio de Janeiro fazem parte da burguesia com suas respectivas frações de classe. Como afirma Marx, são “da classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção e empregam o trabalho assalariado” (MARX & ENGELS, 1998, p. 40). Com efeito, além de controlarem os trabalhadores, controlam o resultado das eleições.

¹³ Editora que faz impressão segundo o sítio da Minister Express (<http://coorpy.com.br/minister-express-editora-de-impressos-ltda>). Acesso em 31 de maio de 2016.

Em contrapartida há uma (anti)campanha eleitoral que se opõe radicalmente à democracia deliberativa, pois a entende como democracia burguesa. Para a União Popular Anarquista (UNIPA, 2012), entidade organizadora da (anti)campanha eleitoral **Não Vote, Lute!**, é preciso desconsiderar o processo eleitoral também chamado de “festa da democracia”.

O coronelismo e o clientelismo permanecem em suas feições contemporâneas. Um bom exemplo é sua continuidade em relação a alguns partidos políticos, tais como o PMDB, pois controla inúmeros currais eleitorais, o que explicaria em parte o seu desempenho nas eleições municipais, apesar de não ter unidade suficiente para se lançar em um projeto eleitoral nacional” (UNIPA, 2012).

2.3 A DEMOCRACIA PARA ALÉM DAS ELEIÇÕES NO MODELO REPRESENTATIVO

A abstenção eleitoral é identificada como um fenômeno brasileiro, tornando-se necessária a reflexão sobre diferentes abordagens do conceito de democracia e suas variações relacionadas à escolha de representantes políticos por meio do voto.

Segundo Rousseau (2005), o convívio entre os cidadãos deve ser garantido pelo “contrato social”, o qual é baseado por toda a comunidade que por sua vez, seria movida pela vontade geral dos indivíduos desejando viver livre. Logo, todos os indivíduos teriam que participar politicamente sendo necessária a criação de um modelo que atenda a todas as classes sociais de uma forma harmônica.

Com efeito, a democracia é definida como: democracia deliberativa; democracia associativa; e, democracia participativa. Vale ressaltar, que a participação política não pode ser resumida ao voto, pois isso reduziria o imenso aspecto democrático (LÜCHMANN, 2012). Concordando com este postulado, Dallari (1983, p.39) afirma: “Participação política não é apenas participação eleitoral, e muitas vezes são mais eficientes outros meios”.

No tocante ao projeto, a questão da democracia terá um papel de entendimento do fenômeno das abstenções eleitorais. Segundo Lüchmann (2012, p. 71):

De maneira geral, que a democracia repousa no ideal de justificação do exercício do poder político por meio de uma discussão pública entre indivíduos livres e em condições iguais de participação.

Com efeito, a adoção da teoria é plausível do contrato social, pois esse acordo pressupõe que a liberdade política deve ser a essência democrática, mesmo dependendo da autoridade da soberania popular (ROUSSEAU, 2005). Baseado na teoria do contrato social, os direitos devem ser resguardados pelo Estado (Idem, op. cit.).

A democracia deliberativa deste modo garante uma participação eleitoral. Neste sentido, a democracia é definida assim:

A democracia representativa começa com eleições, mas desenvolve-se para além delas, incluindo tanto a participação quanto a representação não eleitoral exercida por atores sociais (ALMEIDA, 2014, p.178).

No plano formal, os políticos deveriam honrar os votos obtidos nas urnas. Como afirma Dallari (1983, p. 40):

O direito de votar abriu aos nossos representantes uma tribuna no parlamento, do alto da qual podem falar aos seus adversários, podendo falar também às massas com uma liberdade e uma autoridade que não têm na imprensa e nos comícios.

A população nesse sentido transfere o poder de decisão para seus representantes com o intuito de que estes atendam às suas reivindicações. A democracia deliberativa / representativa deveria então, garantir uma governabilidade que interesse ao bem comum (LÜCHMANN, 2012 apud COHEN, 2000).

A representação política é garantida pela democracia deliberativa e representativa, na qual os sufragistas participam e decidem por meio do voto, os políticos eleitos. Conforme essa afirmativa, o voto torna-se um instrumento que promove a democracia deliberativa e, a partir dele é estabelecida uma relação entre representante e representado, na qual o eleitor deve julgar e monitorar todas as atitudes políticas do agente político (ALMEIDA, 2014).

A Constituição brasileira garante o voto universal, possibilitando uma “vontade geral” expressa por meio de um espaço democrático, no qual Rousseau (2005, p. 30) afirma que “a mesma lei da pluralidade dos votos é um estabelecimento de convenção”, o que garantiria a escolha dos representantes.

Desse modo, toda eleição é um processo de escolha de candidatos a cargos públicos. Assim:

A eleição, desse modo, não é um ato de transferência da soberania, mas uma vontade expressa em um determinado momento. A autorização não é uma

substituição ou submissão da participação, na medida em que os indivíduos mantêm seu poder de formular julgamentos, ideias e opiniões (ALMEIDA, 2014, p. 178 apud URBINATI 2006, p. 104).

Já para Lüchmann (2014, p. 67), a democracia associativa é definida “como um modelo de democracia participativa no qual o ideal do autogoverno é preenchido pelos grupos e associações”.

Neste aspecto importante das associações, os grupos políticos participam de espaços democráticos e se reúnem para estabelecer alguma influência no meio político e social, no intuito de assegurar os direitos de determinado segmento social. Assim, estes podem lutar em reivindicações eleitorais, além de atos, intervenções artísticas e protestos organizados pelas ruas de uma cidade.

Por meio democrático é possível afirmar que, os cidadãos na democracia associativa, possibilita que os cidadãos “tornam-se os agentes por excelência, ao lado de governos e partidos de atuação política” (Idem, op. cit.).

A democracia associativa por sua vez pode contribuir no estudo de consciência de classes. Além disso, as associações estabelecem uma formação, na qual é possível organizar os cidadãos socialmente para solucionar ou encaminhar as divergências localizadas dentro dos conflitos e de haver maior eficiência de conseguir a realização dos objetivos desses grupos (DALLARI, 1983).

O sentido dessas associações na sociedade é adquirir um maior grau de autonomia política (LÜCHMANN, 2014). Essa abordagem mostra que as associações podem agir independentemente do controle governamental, possibilitando uma maior tomada de decisões dos integrantes de cada organização.

Levando em consideração as organizações, os indivíduos que estão agrupados nessas correntes coletivas de mobilizações comunicam-se entre os cidadãos da sociedade com o intuito de atrair manifestantes ao movimento. Nesse sentido, os cidadãos se unem para formar “uma soma de forças que vença a resistência, com um só móvel pô-las em ação e fazê-las obrar em harmonia” (ROUSSEAU, 2005, p. 31).

Deste modo, as associações integram os indivíduos e une cada vez mais os grupos organizados por estes, tornando-se um dos pilares para concederem a sustentação do aparato democrático, superando todo o individualismo que possa surgir nesse meio (Idem, op. cit.). Baseado nisso, o papel dessas organizações é fortalecer a consciência coletiva dentro do movimento e estimular os mecanismos da democratização.

Compreende-se que a democracia associativa possui muitos aspectos e um exemplo a ser incorporados neste capítulo é a (anti)campanha eleitoral **Não Vote, Lute!**, de orientação política anarquista / libertária, no qual a sua ideologia se contrapõe às concepções da participação eleitoral das eleições burguesas, definidas como uma “festa da democracia”. Neste caso, conforme o sítio da campanha, as abstenções são classificadas desse modo: “abstenção eleitoral, que aumenta a cada eleição burguesa, é propositalmente classificada pelos reformistas e pela direita como ‘alienada’ e desimportante” (UNIPA, 2014).

Não obstante, alguns partidos de esquerda conseguem ocupar cargos no Poder Executivo, como no caso do Partido dos Trabalhadores (PT). O partido estava ligado ao PMDB (UNIPA, 2012), o que empurrou o PT para posições cada vez mais conservadoras do ponto de vista político.

Essas alianças partidárias não beneficiam as classes sociais como um todo, deixando de servir à vontade geral estabelecida no “contrato social” nos termos de Rousseau, mas ao contrário privilegia grupos econômicos que financiam campanhas eleitorais.

Com efeito, os políticos que representam a classe burguesa se utilizam de um instrumento de poder para manipular e atrair eleitores com promessas que sempre ocorrem nos períodos eleitorais.

Aprofundando mais sobre o instrumento de poder exercido na política, entende-se o seguinte baseado em Clastres (1978, p. 23): “somente um bom orador pode ascender à chefia”. Além da palavra, a propaganda é um forte instrumento de dominação burguesa sobre o tema eleitoral, pois “são geralmente utilizadas como técnicas de manejo da opinião de massa, e para isso, utilizam-se de meios que possam convencer o público ao qual são destinadas” (VICENTE, 2013, p.9).

A expressão marcante da (anti)campanha **Não Vote, Lute!**, é a desaprovação das eleições de qualquer cargo que pode se dar por meio das abstenções eleitorais e dos votos brancos ou nulos, nos quais preferem não comparecer ao local de votação e também não participam da contagem válida dos votos respectivamente (UNIPA, 2012). Compreende-se que nesta situação, a escolha pela abstenção ou pelos votos inválidos gera uma motivação de um coletivo organizado através de um grupo social que se contrapõe à prática do voto no presente sistema capitalista.

Vale ressaltar, que a (anti)campanha **Não Vote, Lute!** se opõe ao capitalismo, por isso a ideia predominante no movimento é a luta revolucionária.

Por outro lado, é possível entender que a junção da democracia deliberativa e democracia associativa produzem a democracia participativa, sendo a primícia básica em relação à participação política, pois esta é “uma necessidade da natureza humana” e, portanto “indispensável à vida em sociedade e para que esta seja possível torna-se necessária uma organização” (DALLARI, 1983, p. 89).

É preciso salientar que: “As democracias não são todas iguais, e é possível que alguns sistemas democráticos promovam mais a representação do que outros” (MANIN & PRZEWORSKI & STOKES, 2006, p. 128).

A abstenção eleitoral é “a linguagem política, querendo significar a renúncia ao exercício de direitos políticos, nomeadamente o fato de o eleitor não comparecer para votar no dia da eleição” (COSTA, 2006, p. 9). Esse fenômeno sociopolítico pode significar a separação do eleitor das vias partidárias e das propostas dos candidatos de um cargo (COSTA, 2006, p. 10).

Além disso, há a abstenção voluntária que corresponde a uma ação que chamada de “técnica”, a qual é caracterizada pela não participação no processo eleitoral, ou seja, uma abstenção não participante” (Ibidem, op. cit.) e, portanto é conhecida como o não comparecimento às urnas. Existe ainda, a abstenção ativa caracterizada como a ida às urnas, para votar branco ou nulo (COSTA, 2006, p. 11).

3. METODOLOGIA

A pesquisa contou com uma abordagem quali-quantitativa que consistiu nos seguintes procedimentos: revisão de literatura; coleta de dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE); e, uma pesquisa de campo com roteiros de entrevista. Na revisão de literatura foram utilizados artigos do banco de dados do Scielo, assim como publicações atinentes ao tema pesquisado.

Com o intuito de aprofundar a reflexão acerca das eleições municipais do Rio de Janeiro, no período de 2000 a 2012 para o Poder Executivo foram elaborados roteiros de entrevista que procuraram compreender o fenômeno da abstenção eleitoral, em relação ao contexto sociopolítico do referido município. Sendo assim, a pesquisa de campo se deu a partir de **2 roteiros de entrevista** que versaram sobre a questão eleitoral, sendo aplicados em **3 trabalhadoras e 3 trabalhadores**, eleitores do município do Rio de Janeiro de 30 a 65 anos e com vínculos empregatícios diversos (servidores, terceirizados

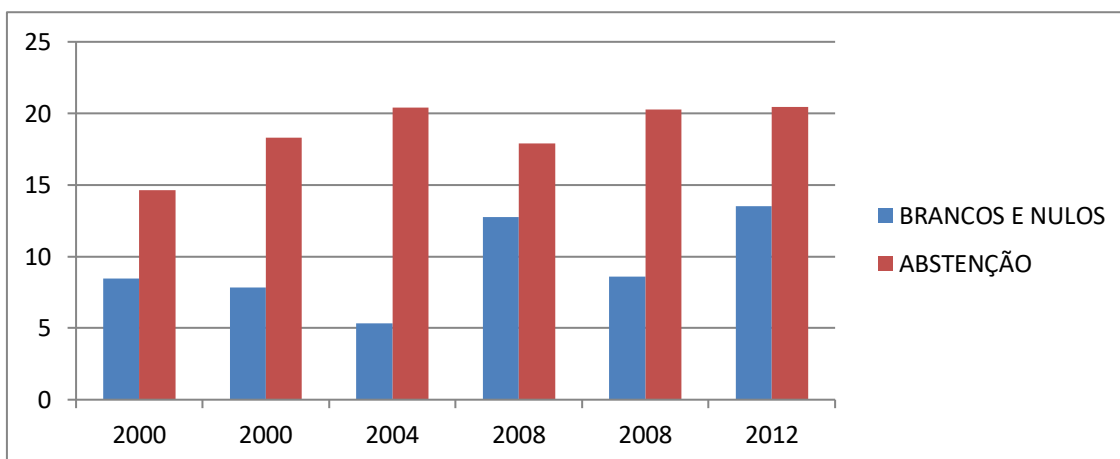
e bolsistas). Entrevistou-se também, 1 (um) representante da campanha **Se Liga, 16! (Justiça Eleitoral / UBES)**; e, da (anti)campanha do movimento **Não Vote, Lute! (UNIPA)**. A primeira campanha incentiva a participação eleitoral e, a segunda estimula a abstenção eleitoral como luta revolucionária.

As opções metodológicas aqui expostas se dão em razão de subsidiar empiricamente o estudo proposto. Com efeito, o projeto de pesquisa foi devidamente submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da EPSJV / FIOCRUZ, obtendo aprovação para a realização da pesquisa de campo.

4. ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo concluiu-se com a realização das 6 entrevistas com trabalhadores da EPSJV e eleitores do município do Rio de Janeiro, sendo 2 representantes da campanha **Se Liga 16!** e, do movimento **Não Vote, Lute!**, conforme a metodologia adotada. Procurou-se abordar questões relativas à abstenção eleitoral no município do Rio de Janeiro, entre os anos de 2000 e 2012, para melhor auxiliar na explicação das influências e motivações do fenômeno nas eleições para prefeito. Para ilustrar o fenômeno da abstenção eleitoral foi elaborado o gráfico – **“Abstenção Eleitoral do Município do Rio de Janeiro entre 2000 e 2012”**, no qual é possível observar altos níveis de abstenção eleitoral propriamente dita, assim como de votos brancos e nulos. Os anos repetidos (2000 e 2008) representam 1º e 2º turnos, respectivamente.

Gráfico – Abstenção Eleitoral do Município do Rio de Janeiro entre 2000 e 2012



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (2016).

Conforme demonstrado no gráfico acima, o fenômeno da abstenção eleitoral, bem como dos votos brancos e nulos estão em patamares bastante altos e em processo de crescimento, o que também foi verificado nas eleições municipais de 2016 no Brasil, sendo que no Rio de Janeiro se deu o maior índice de abstenção.

De acordo com dados divulgados¹⁴ pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os votos brancos, nulos e a abstenção eleitoral somaram 32,5% do eleitoral nacional. No segundo turno, 7,1 milhão de eleitores aptos a votar em todo o país não compareçam às urnas. Na comparação entre 2012 e 2016, no segundo do turno a nível nacional, 26,5% dos eleitores aptos a votar se abstiveram em 2012, sendo que no ano de 2016 a abstenção foi de 32,5%. Ao isolarmos a abstenção nas eleições municipais em termos nacionais, em 2012 havia 31.725.958 eleitores aptos a votar, sendo que 19,12% não compareçam as urnas onde houve segundo turno e, no ano de 2016 o total foi de 32.987.108 eleitores aptos a votar com 21,6% de abstenção.

Vale ressaltar, que a maior taxa de abstenção e o maior índice de votos brancos e nulos entre as capitais foram registrados nas eleições municipais de 2016 do Rio de Janeiro, desde a implantação das urnas eletrônicas em 1996¹⁵. No primeiro turno, quando havia 11 candidatos a prefeito do Rio de Janeiro e 4.898.044 de eleitores aptos a votar, os números de votos brancos, nulos e abstenção eleitoral totalizaram 1.866.612 eleitores que não votaram em candidato algum. Já no segundo turno, disputado entre os candidatos Marcelo Freixo do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Marcelo Crivela do Partido Republicano Brasileiro (PRB) houve um total de 1.314.950 de abstenções, 149.866 de votos brancos e 596.536 de votos nulos.

Quanto às perguntas dos roteiros de entrevista, estas foram elaboradas a fim de identificar as influências político-ideológicas que orientam a prática eleitoral dos entrevistados, assim como captar aspectos que possam contribuir na elucidação do fenômeno da abstenção eleitoral, no município do Rio de Janeiro. Com vistas a dar centralidade ao tema do estudo, a análise das falas não seguiu a ordem original das perguntas. A primeira pergunta destacada para a análise foi a seguinte: **“Já votou em candidatos que lhe foram indicados? Por quê?”**. Identificaram-se, as falas abaixo como mais representativas do pensamento dos entrevistados.

¹⁴ Os dados foram extraídos, por meio da reportagem publicada no sítio de notícias G1, acessada em 05/12/2016, no link: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2016/noticia/2016/10/abstencoes-votos-brancos-e-nulos-somam-326-do-eleitorado-do-pais.html>

¹⁵ Os dados foram extraídos, por meio da reportagem publicada no sítio de notícias G1, acessada em 05/12/2016, no link: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/eleicoes/2016/noticia/2016/10/rio-tem-4254-de-votos-nulos-brancos-e-nao-comparecimento.html>

. Já votou em candidatos que lhe foram indicados? Por quê?
“Não isso não. Talvez a indicação tenha coadunado a minha ideia, mas ter indicado e eu simplesmente executar, não.”
“Não, nunca votei em ninguém indicado.”
“Talvez sim, mas na primeira eleição. Já votei na época da cédula de papel, no macaco Tião, porque me indicaram o macaco Tião. Aí, eu votei nele, como eu estava com raivinha de algumas coisas, aí me indicaram o macaco Tião, então eu acabei aceitando. Mas normalmente as pessoas me indicam, mas eu tenho os meus candidatos e minhas convicções. As pessoas falam pra mim ‘esse aqui é o meu padrinho’, mas eu não aceito porque é complicado. Só votei no macaco Tião porque as pessoas falavam para mim que era um protesto, então eu acabei votando, inclusive ele acabou ganhando milhões de votos.”
“Não gosto disso também, só porque eu conheço uma pessoa aí ela diz para votar em um candidato e eu não gosto disso então eu não faço isso não.”
“Já votei sim, mas eu sempre procuro saber da proposta primeiro, a trajetória e as propostas deles. Eu acho que esse é o mínimo que devemos ter.”
“No primeiro ano do Marcelo Freixo me chamaram para ir na campanha e eu votava na época no PT, mas aí me chamaram e eu acabei indo e nesse dia eu conheci o Marcelo.”

Em unanimidade, os entrevistados informaram nunca ter vendido ou comprado voto, bem como não terem votado em candidatos indicados, com a ressalva de ter pesquisado ou conhecido o candidato primeiro. Os entrevistados também afirmaram que nunca participaram de nenhuma troca de favor e que, também nunca votaram em candidatos que foram indicados.

A segunda pergunta: **“Costuma votar nas eleições ou não? O que pensa do voto branco e do voto nulo?”**, a qual contou com 5 trechos de falas que em sua maioria foram contrárias aos votos branco e nulo.

. Costuma votar nas eleições ou não? O que pensa do voto branco e do voto nulo?
“O branco eu acho desperdício. Já o voto nulo acho importante. E, em algumas circunstâncias pode ser uma grande tática.”
“É uma estratégia e uma ferramenta de posicionamento. Acho importante. Pode ter várias mesmo, pode mesmo ser uma crítica, alienação. Pode ser um posicionamento político da pessoa de não ter encontrado alguém do mesmo pensamento político.”
“Então, votar branco e nulo vai acabar servindo alguém, né? É um negocio de legenda, então isso vai acabar dando coeficiente eleitoral para acabar servindo a alguém. A anulação não, mas o voto em branco sim.”
“Mas assim, quando você tem candidatos disputando a prefeitura do Rio como exemplo hipotético, Eduardo Paes e Crivela, eu não consigo votar em nenhum dos dois.”
“Eu acho errado, mas as essas pensam que é uma forma de protesto, mas eu acho errado. Eu acho que você tem que votar para melhorar mesmo. Já que o voto é obrigatório coisa que eu acho errado, já que vivemos em um país democrático. Mas já que ele é obrigatório tem que se votar direito.”
“Eu não sei para onde vai os votos brancos e nulos, mas os votos nulos eu acredito que seja a minha forma de protestar contra esse sistema corrupto. Eu acho que se todos os brasileiros protestam mesmo de uma maneira silenciosa, de sem quebra a quebra (até porque as pessoas se aproveitam disso), dos momentos da reunião, da luta dos trabalhadores para promover baderna.”

Foi possível perceber que ainda há algum nível de desentendimento em relação ao fenômeno da abstenção eleitoral ativa, ou seja, apenas o voto nulo e branco. Alguns entrevistados apresentaram dúvidas a respeito do destino dos votos nulos e brancos, não sabendo se algumas dessas opções de abstenção destinavam-se aos candidatos vencedores da disputa eleitoral.

Tendo isso em vista, procurou-se a legislação eleitoral seguida pelo TSE que define os votos brancos e nulos como não válidos, ou seja, são os votos que não são contabilizados para efeito do resultado eleitoral. Assim, será considerado eleito para os cargos majoritários, o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os nulos e em branco.

De acordo com artigo 76, do caput 3, da Constituição Federal de 1988:

Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

Por outro lado, na pergunta: **“Como devem ser os políticos na sua concepção? E, como avalia os partidos políticos no município do Rio de Janeiro?”**, um dos entrevistados sugeriu que os partidos e os políticos trabalhem em torno de dois temas prioritários das questões sociais – educação e saúde.

. Como devem ser os políticos na sua concepção? E, como avalia os partidos políticos no município do Rio de Janeiro?
“O modelo político deveria ser de ouvir a população como em Cuba que tem os Comitês de Defesa da Revolução que é por quadra. Então, eles discutem o que melhor para aquele bairro.”
“Então, ele deve ter conhecimento, de quais são as prioridades e as demandas daquela localidade, independente do cargo que ele está se candidatando. Além de três coisas básicas, segurança, educação e saúde.”
“Por mais que o cara esteja bem intencionado é muito difícil dele quebrar essa máquina corrompida, porque o sistema é forte. Então, para quebrar aquilo é quase impossível. São todos péssimos, não escapa nenhum, porque é aquele negócio que eu falei antes, a pessoa entra para conseguir um benefício próprio e não para tentar um bem comum.”
“É atender os anseios da população. E é aí que não tem a participação da população, porque se os caras quisessem fazer alguma coisa, eles trariam discussões mais pra dentro de quem mais precisa.”
“Deveriam ser sujeitos políticos públicos que tivessem uma compreensão maior da sociedade de como é o Rio de Janeiro, das bolhas das segregações espaciais, da compreensão de como o Rio é uma cidade injusta.”
“A atenção que eles têm em três campos fundamentais que é a saúde educação e as questões sociais. Deveriam compreender que a grande parcela não é abastada e sim, uma parcela que depende muito dos serviços públicos que existem no Rio de Janeiro, então simplesmente uma ótica de rentabilidade de positividade pelo capital.”

Além disso, foi sugerido que os políticos estimulem e ampliem o seu diálogo com a população para alcançar soluções possíveis para problemas sociais elencados, como é feito em Cuba com os Comitês de Defesa da Revolução (CDR), composto por cada bairro. E, na pergunta: **“Já participou de quantas formas de manifestação política além da prática do voto?”**, foi possível perceber que apenas um questionado não valoriza a participação política.

. Já participou de quantas formas de manifestação política além da prática do voto?
“Não, nunca participei e nem tenho vontade de participar também.”
“Nunca fui filiado a nada disso, nunca fui de partido, grêmio estudantil e CUT, mas já participei de vários atos que congregam grupos diferentes.”
“Já sim várias, desde atos de ações diretas até participar como militante de movimentos sociais específicos como mulheres e reforma agrária, processos comunitários.”
“Participei de varias manifestações pela democracia e do Fórum Social de Manguinhos que tenta ajudar as pessoas que estão nesses problemas reais como direitos humanos.”
“Hoje em dia eu não participaria de nenhuma reunião, porque eu tenho medo, afinal a violência está tão grande que eu tenho um pouco de medo de participar.”
“Um movimento social que atua como pré-vestibular social e depois eu começo a debater a questão de gênero, o racismo, as mulheres, me aproximo do MST, do grupo Tortura Nunca Mais, o Direito dos Excluídos, das manifestações de 2013 e de esquerda na cidade.”

. Acredita no regime democrático de representação do município do Rio de Janeiro?
“Acredito sim, por isso que eu voto. Acho que o regime democrático ele é assim por excelência.”
“Perdi a crença no regime democrático e na democracia. Já perdi há muito tempo.”
“Ficou claro que eu não acredito nesse regime e acredito que há outro espaços, outras formas. É óbvio que nós temos que tentar mudar esse esquema político que há hoje.”
“Sim, teoricamente, mas eu acho que não é assim que funciona, porque são sempre as mesmas pessoas, as mesmas famílias, as mesmas indicações.”
“Ainda não, mas existe uma liberdade para falar e fazer determinadas ações, mas isso é muito manipulado, como por exemplo, a tripartite (empresários, governo e população).”
“Acredito tanto que eu voto. Eu acho que o que falta para esse modelo democrático é essa mudança de pensamento em que o candidato a vereador fala que implantou a Academia Carioca, mas na verdade, o trabalho dele não é esse e sim, legislar.”

Contudo, poucos questionados participam atualmente de algum tipo de organização ou manifestação política como grêmios, sindicatos, partidos políticos, paralisações, greves e atos de protesto. Embora, quase todos achem importante a mobilização política, principalmente as participações impulsionadas pela esquerda, um deles chegou a mencionar que tem medo de participar por conta da violência.

Percebeu-se que ainda há algum desentendimento em relação ao fenômeno da abstenção eleitoral ativa, isto é, aquele que considera apenas o voto nulo e branco.

Na pergunta: **“Acredita no regime democrático de representação do município do Rio de Janeiro?”**, a maior parte dos entrevistados criticou o modelo representativo.

Verificou-se que entre os entrevistados há posições divergentes que variam da descrença absoluta à crença de que o problema está no não entendimento das funções dos representantes nos Poderes Legislativos e Executivo, respectivamente. Pelas respostas dadas pelo grupo descrente pode ser encontrado algum caminho para compreender o aumento progressivo das taxas de abstenção eleitoral, na justa medida do crescimento do descrédito no modelo representativo.

Nessa linha foram feitas as perguntas: **“Já se absteve de votar?; Qual foi a razão?; O que pensa da abstenção eleitoral?”**. Observou-se que os entrevistados também expressaram o seu entendimento acerca do fenômeno da abstenção eleitoral, sendo que a metade afirmou que a prática não soluciona os problemas sociais do município e, ainda que a mesma possui consequências negativas aos indivíduos que se absterem. Em contrapartida, a outra metade dos entrevistados afirmou que a abstenção está relacionada ao fato da indignação e da crítica ao modelo representativo.

. Já se absteve de votar? Qual foi a razão? O que pensa da abstenção eleitoral?
“Muito provavelmente sim, como é muito tempo, eu não lembro. Aí, eu acho um contrassenso, um retrocesso em torno de uma construção democrática que foi feita que algumas pessoas partem do pressuposto de que um direito universal conquistado não será revogado.”
“Já me absteve de votar em varias ocasiões porque eu não acreditava nas coligações e os candidatos não tinham uma representatividade que eu acredito. Não provocaria grandes transformações, pois teria que depender do quantitativo, se fosse uma abstenção em massa, aí faria um rebuliço interessante.”
“Já me absteve em algumas. Nessa ultima eleição, eu me absteve. Eu me abstenho da votação, porque na verdade, ela é uma farsa, porque ela não funciona como agente de ação de mudança de nada. Pelo contrario, ela funciona como um modelo de manutenção. Abstenção por abstenção não faz sentido.”
“Eu acho que é um erro. porque prejudica a pessoa, prejudica no concurso, perde o titulo, perde o comprovante e as pessoas tendem a perder tudo e só se prejudica.”
“Já poucas vezes, mas já, pelo motivo de protestar silenciosamente. Sim, eu acho que é a maneira de protestar de uma maneira individual que consegui dar um basta na política do tipo – ‘chega dessa palhaçada contra nós trabalhadores’. Acho que é uma maneira de protestar.”
“Nunca. Votei em todas as eleições. Primeiro tem uma relação de como eu lido com a política, e outro processo foi que o regime democrático ninguém nos deu. É sim uma conquista! O voto foi uma conquista, o das mulheres uma outra conquista. Então, me abster de não ir votar é não usufruir dessa conquista.”

Nesse sentido, observou também que existem dois pensamentos divergentes a respeito do fenômeno sociopolítico da abstenção eleitoral. Para os críticos à abstenção eleitoral há outros meios, via regime democrático de representação que podem

solucionar alguns problemas sociais, sendo um meio, votar no candidato que estiver na última posição nas pesquisas de intenção de voto para os cargos majoritários.

Não obstante, os favoráveis à abstenção eleitoral argumentam que esta é construída no sentimento de descrença do modelo democrático representativo, ou seja, que os candidatos das eleições, mesmo aqueles mais à esquerda no espectro político-ideológico governarão para a classe dominante (burguesia), tendo que deixar de lado, em alguma medida, estratégias governamentais de enfrentamento das desigualdades socioeconômicas.

Do mesmo modo, os questionados favoráveis à abstenção eleitoral distinguiram a “abstenção alienada” da “abstenção crítica”. A “abstenção alienada” seria uma atitude política, na qual o indivíduo não sabe o porquê de abster-se e, portanto se aprofunda no discurso da generalização que todo político não tem ética. Já a “abstenção crítica” é uma atitude político-ideológica, na qual o eleitor prefere abster-se da eleição pelo fato de estar descrente no modelo de representação, buscando assim, outras formas de mobilização e participação política que não sejam corrompidas pela burguesia, tais como o **Não Vote, Lute!**. A justificativa para a “abstenção crítica” se dá então, pelo fato dos candidatos estarem inseridos na prática do clientelismo e do coronelismo, mostrado no segundo capítulo desta monografia. Com efeito, enquanto as eleições continuarem mantendo as mesmas características sociopolíticas do país haverá alternativamente, a abstenção eleitoral passiva e ativa.

Todavia, a maioria dos questionados afirmou acompanhar as campanhas eleitorais no horário da propaganda político-eleitoral pelas televisões, rádios e, em algumas ocasiões nas redes sociais. Afirmou ainda que, não se mobiliza para campanhas de candidatos a prefeito, pois as disputas eleitorais envolvem em seu entendimento, interesses individuais implícitos dos candidatos.

Aprofundando essa questão dos candidatos a prefeito no município do Rio de Janeiro, os respondentes afirmaram ter interesse em conhecer previamente, a trajetória política dos seus candidatos eleitos, no sentido de comprovar se a ideologia e todas as ações realizadas são coerentes com as demandas da população. No tocante, às opiniões sobre os partidos políticos há muitas críticas em relação a todos, pois, ao utilizarem a máquina estatal podem corromper ou ser corrompidos. Assim, grande parte dos entrevistados expressaram que não se sentem representados, no que diz respeito aos partidos políticos.

Após as entrevistas com os representantes das campanhas eleitorais – **Se Liga 16!** e, **Não Vote, Lute!** foi possível perceber a contraposição dos pensamentos ideológicos e políticos, com destaque para a diferença de organização e os objetivos das mesmas.

A campanha **Se Liga 16!** foi criada no início da década de 1990, pelo TSE, sendo posteriormente estimulada pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), a qual defende a inserção dos jovens de 16 anos na sociedade como eleitores.

Como defendido pelo representante da **Se Liga 16!**, com a inserção dos jovens ligados à militância estudantil, as eleições assumem uma característica diferente, pois os candidatos deixam de ser filhos de personalidades políticas como César Maia, Garotinho e Rosinha Garotinho, tornando-se lídanças de movimentos estudantis, tendendo a partir posteriormente para uma vida política em partidos de esquerda.

A seguir será apresentado o bloco de perguntas e respostas relacionadas à entrevista com o representante da campanha **Se Liga 16!**.

. Quando surgiu a campanha Se Liga 16!? Quais foram as motivações para a sua criação?
“A constituinte de 88 foi o momento que se institucionalizou o voto aos 16 anos e, no início dos anos 90 começou a Campanha. Os candidatos jovens que são necessários à entrada na política, até mesmo porque senão os candidatos jovens serão sempre Clarissa Garotinho, Rodrigo Maia que são os filhos dos caciques.”
. Acredita que tem surtido efeito? Justifique a sua resposta.
“Eu acho que sim, nos anos 90, mas especificamente e, no início do ano 2000, foi muito forte. Todas as mobilizações contra o neoliberalismo, as lutas sociais e as pequenas mobilizações feitas na sociedade populares que influenciaram a eleição Lula.”
. Como vê o fenômeno da abstenção eleitoral no município do Rio de Janeiro, no período de 2000 a 2012?
“É um fenômeno que as pessoas acham que tudo na política não presta que todos são ladrões e corruptos. A própria mídia fica falando muito isso, pois apenas mostra o lado dos corruptos e da imoralidade e esquece dos outros políticos que agem para defender os direitos da população.”

Cabe destacar, que segundo esse entrevistado, os partidos políticos estão caindo aceleradamente em descrédito da população, em razão de durante as eleições se coligarem por conveniência, como no caso da frente que tinha Pedro Paulo como candidato a prefeito no Rio de Janeiro, a qual possuía mais de 30 partidos, o que supostamente poderia assegurar a sua governabilidade, mediante a distribuição de cargos na prefeitura.

Além disso, a função dos partidos políticos não é muito conhecida e, geralmente quando se trata destes, a imagem que se faz é negativa. Entende-se que esta estratégia principalmente midiática objetiva reduzir significativamente, o interesse da população em participar diretamente da vida política.

A descrença política também pode estar relacionada com a falta de representatividade dos partidos políticos que almejam o poder, ao invés da luta por uma sociedade melhor, ou mesmo pelo socialismo como grande parte dos partidos de esquerda. Ainda é muito restrita a realização de um trabalho de base entre a população e os partidos de esquerda, como nos períodos da Ditadura Empresarial-Militar e início da Redemocratização no Brasil, o que ajudaria muito aos eleitores entenderem como funcionam os Três Poderes. Sem o trabalho de base, a crença democrática pode diminuir a cada ano, até estagnar definitivamente. Atualmente, o trabalho de base é feito pela direita, por meio das igrejas neopentecostais que disseminam o individualismo e a chamada “teologia da prosperidade”.

Na eleição municipal do Rio de Janeiro de 2016 esse trabalho de base da direita garantiu em larga medida, a eleição em segundo turno, do candidato Marcelo Crivela.

No tocante à abstenção eleitoral seja passiva ou ativa, o representante da campanha **Se Liga 16!** considera que esse fenômeno não ajudará a solucionar os problemas sociais municipais e, portanto votar nulo não funcionará para nenhum cargo político, ou seja, significa que a eleição vai continuar acontecendo, mesmo com os votos nulos.

Por fim, é o momento de apresentar e analisar o bloco de perguntas e respostas relacionadas à entrevista com o representante da campanha / movimento **Não Vote, Lute!**.

. Quando surgiu a campanha Não Vote, Lute!? Quais foram as motivações para a sua criação?
“A campanha não tem um surgimento preciso, mas aconteceu por volta do ano de 2002. Foi através de manifestações espontâneas a favor da abstenção eleitoral e do voto nulo e branco. Muitos influenciados pela anarquia, outros não. A campanha articula uma luta e crítica para as eleições burguesas e não ao “não voto em si”, mas na luta em si. Nos anos 80, na urna com cédulas, muitos eleitores votaram em figuras como o macaco Tião e isso representava uma crítica à democracia do eleitor insatisfeito.”
. Onde o movimento é mais forte no país?
“São vários comitês em diferentes estados, mas tem o voto nulo que participa o anarquismo. Os comitês são heterogêneos, mas existem algumas semelhanças nas constituições dos comitês como o comitê boicote.”
. Acredita que tem surtido efeito? Justifique a sua resposta
“Efeito ela tem surgido e o objetivo da campanha não é a abstenção, nem o quantitativo. A ideia é politizar o comportamento da abstenção.”
11. O que você acha da campanha Se Liga 16!? Por que é preciso manter o voto obrigatório?

“É o Estado fazendo o papel dele, entre os quais você pode ser eleitor, o mais rápido possível e isso é estimulado pela campanha que é atingir os jovens de 16 anos. Todas as chances de liberdades são uma ameaça ao Estado Unitário e isso é uma concepção da ameaça da ordem.”

. Como vê o fenômeno da abstenção eleitoral no município do Rio de Janeiro, no período de 2000 a 2012?

“O Rio de Janeiro é um caso prototípico. E, se pegar o voto da abstenção, branco e nulo, desse período, simboliza 1/3 do total de votos e isso é muita coisa em relação ao voto obrigatório.”

Pode-se afirmar que, a campanha **Não Vote, Lute!** também é um movimento político. O representante entrevistado informou que os militantes podem ser influenciados pelo anarquismo e pela descrença no modelo representativo, como por exemplo, em uma eleição em que o macaco Tião recebeu expressiva votação. Vale ressaltar, que não objetiva apenas as abstenções eleitorais passivas, mas também a luta organizada de seus comitês e do boicote às eleições, por meio das abstenções ativas, bem como a politização sobre o sistema capitalista e suas estratégias de manutenção da ordem, como as eleições.

Nesse sentido, o movimento de luta impulsionado pelos comitês faz uma crítica ao sistema eleitoral, pois mantém o “voto de cabresto” e a compra de votos, por meio das milícias no estado do Rio de Janeiro. Não obstante, percebeu-se a relação da crítica do representante do movimento **Não Vote, Lute!** à campanha **Se Liga, 16!**, quando o próprio representante desta última relatou que presenciou situações em que os candidatos ao cargo de vereador fretaram ônibus para levar crianças de uma favela do Rio de Janeiro, a uma lanchonete da rede de *fast foods* Mc Donald’s.

O número de abstenções eleitorais (passivas e ativas) aumentou no período estudado, o que não necessariamente comprova que a campanha / movimento **Não Vote, Lute!** tenha alcançado o seu objetivo, como esclareceu seu representante. Não obstante, a campanha **Se Liga 16!**, em relação a todas as capitais, cumpriu o objetivo apenas no Rio Grande do Sul, tendo pouca adesão no município do Rio de Janeiro.

O representante entrevistado do movimento **Não vote, Lute!** dialoga com a fala de um trabalhador da EPSJV entrevistado, pois ambos afirmam que o sistema eleitoral funciona na perspectiva do clientelismo, na qual participam empresas e candidatos que fazem acordos econômicos e políticos em benefício próprio, como ocorreu na eleição de 2008, em que o candidato a prefeito Eduardo Paes recebeu financiamento privado para a sua campanha da Bradesco Saúde.

Ambos representantes das campanhas entrevistados convergem no tocante à luta de classe (burguesia x proletariado), pois afirmam que não é viável fazer a revolução

socialista pela via eleitoral. Assim, é necessário que a luta contra o capitalismo seja permanente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a revisão de literatura realizada em torno do tema da abstenção eleitoral, percebeu-se que os fatos históricos, o clientelismo contemporâneo e as tipologias democráticas dialogam com o estudo proposto.

Percebeu-se ainda que, o direito ao voto já esteve restrito aos que possuíssem alta renda e fossem alfabetizados, pois os demais indivíduos não tinham direito ao voto (BOBBIO, 1994). Em concordância com o filme: “As Sufragistas” é possível afirmar que o alcance aos direitos sociais e civis dependia do voto, assim como da mobilização política.

Com efeito, os eleitores entrevistados participam pouco e sua maioria de mobilizações, grêmios, passeatas, sindicatos e manifestações a favor de alguma causa política e socialista. Essa baixa participação ou mesmo ausência significa recusa de ter o direito à democracia associativa, podendo ser um dos elementos que motive o comportamento eleitoral de distanciamento da vida política.

Em contrapartida, as tipologias democráticas e o modo de dialogar com a sociedade ultrapassa a democracia deliberativa, podendo estar relacionada às associações e organizações. Um exemplo disso, é o **Não Vote, Lute!**, as diversas formas de manifestação como os protestos de 2013 e, as ocupações nas escolas inspiradas no movimento Ocupa Wall Street.

Compreende-se também que historicamente o sufrágio está relacionado em grande parte com o clientelismo, ou seja, com o voto-mercadoria. Esse tipo de voto possui resquícios da Primeira República, pois se dava em um contexto de clientelismo, no qual o voto de cabresto era controlado pelas elites locais. Não obstante, é possível perceber na contemporaneidade que o financiamento de campanhas de candidatos que disputam os cargos políticos, bem como a atuação de milícias que oprime os moradores de uma favela ou bairro para indicar seus candidatos.

O “voto ideológico” identificado com um posicionamento político mais claramente definido com o voto em candidatos de esquerda, também é chamado de

comumente de “voto consciente”. Assim, são contemplados os eleitores que são críticos às abstenções e, consequentemente levantam e acompanham a trajetória política de seus candidatos.

Vale destacar que, a abstenção eleitoral implica em sanções estabelecidas pelo TSE, de acordo com o artigo 7 do Código Eleitoral de 1965 ainda vigente:

O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o Juiz Eleitoral até *trinta dias* após a realização da eleição incorrerá na multa de três a dez por cento sobre o *salário mínimo* da região, imposta pelo Juiz Eleitoral e cobrada na forma prevista no art. 367.

Além disso, o Estado por meio das suas instituições cria campanhas políticas como o **Se Liga 16!** para motivar os jovens a votarem e participarem da “festa da democracia”. Neste caso, o Estado desenvolve “estratégias educativas” para tentar diminuir as abstenções que geralmente estão associadas em maior grau, a um entendimento de que há “alienação política”. Conforme Bobbio (1997, p. 69):

A participação no voto tem um grande valor educativo: é através da discussão política que o operário (the manual labourer), cujo trabalho é repetitivo e cujo ambiente de fábrica é angustiante, consegue compreender a relação entre eventos distantes e o seu interesse pessoal e estabelecer relações com cidadãos diversas das suas cotidianas relações de trabalho, tornando-se, assim, membro consciente de uma grande comunidade.

Contudo, esta é apenas uma forma de entender este fenômeno sociopolítico, pois o movimento **Não vote, Lute!** promove a politização das abstenções, buscando um encontro com os eleitores nas capitais com o objetivo de diminuir o pensamento “alienado” em relação ao sufrágio.

Não obstante, o sufrágio possui uma trajetória histórica consistente na área das ciências sociais, pois ele foi um instrumento que os indivíduos utilizavam para participar da democracia de representação e escolher os candidatos que buscassem uma qualidade e melhoria dos direitos sociais, civis e políticos na sociedade. Nesse contexto, os eleitores conquistaram, através de muita luta o direito de votar, garantindo a democracia representativa ao avançar nas causas políticas da classe trabalhadora.

Em contrapartida, o sufrágio ao longo do tempo foi assumindo um caráter clientelista intensificando a prática do voto de cabresto, pois as eleições significaram acordos entre a classe dominante (dona dos meios de produção), com os candidatos para preencher os cargos políticos e, esses dois grandes grupos convenciam os eleitores a depositarem o seu voto nos candidatos do *status quo* da época. Esses grupos possuem

maior investimento de campanha e podem obrigar, através da força e do poder, o eleitor a votar nos candidatos que mais agradam ao capital.

Assim, o sistema eleitoral está comprometido, sendo negociados os acordos econômicos em benefício de interesses privados, o que caracteriza as eleições burguesas e, por conseguinte se afasta da eleição popular que defende a democratização efetiva. Além disso, no modelo representativo brasileiro há uma grande quantidade de acusações de corrupção e de desvio de dinheiro dos candidatos que disputam as eleições, tornando-se uma notícia cotidianamente divulgada pela mídia.

Com base nesse fato, a descrença da população aumentou significativamente nas eleições municipais do município do Rio de Janeiro no período de 2000 a 2012, considerando a elevação das taxas de abstenções ativas (brancos e nulos) e passivas (não comparecimento). A descrença pode ser uma das motivações do alto grau de abstenção, pois a cada eleição municipal que ocorre ela se eleva, como na última eleição para prefeito em 2016 no 1º e 2º turno que o índice, segundo o TSE, chegou a 42,54% e 46,93 % respectivamente, ultrapassando o candidato eleito Marcelo Crivella.

Ademais, a divulgação dos casos de corrupção da Operação Lava Jato e os desvios de dinheiro da Petrobrás foram se intensificando cotidianamente, resultando na prisão e envolvimento de políticos conhecidos como ex-governadores. Em meio a esses casos, o processo ilegal de impedimento da presidenta Dilma Rouseff, caracterizado como golpe parlamentar, pode ter influenciado os eleitores a não acreditar mais no regime democrático eleitoral de representação.

As grandes taxas de abstenção eleitoral (passiva e ativa) verificadas também em 2016, nas eleições municipais do Rio de Janeiro retratam uma descrença e profunda crítica ao modelo político representativo de voto obrigatório, porém isoladamente não conta com o efeito de alterar significativamente as condições eleitorais, sociais e econômicas da sociedade. Afinal, a abstenção passiva não interfere no resultado eleitoral.

Compreende-se que, se por um lado as taxas de abstenção eleitoral estão em crescimento, por outro, há a inserção crescente de jovens e adultos na vida política dos movimentos estudantis e sociais. É nas ocupações das escolas e universidades, nas manifestações insurgentes de 2013, nos acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), por exemplo, que são gestadas novas estratégias de luta e enfrentamento ao capitalismo. Quem participa de iniciativas e

coletivos como os citados, em geral, deposita pouca energia e confiança na via institucional.

Pode-se afirmar que, os militantes de esquerda propõem uma reformulação do sistema eleitoral que garanta a democracia direta, com vistas à construção de uma sociedade mais igualitária.

Por fim, conclui-se que a insatisfação do eleitorado que resulta na abstenção eleitoral é pouco discutida e estudada mais profundamente. O estudo aqui apresentando pretendeu contribuir para essa reflexão, entendendo que a abstenção eleitoral representa em grande medida, a desconfiança do eleitor nos candidatos apresentados e que, em última instância pode representar um contrapoder e por extensão, um descumprimento da ordem no Estado capitalista.

6. REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Dicionário Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

ALMEIDA, Debora Rezende de. **Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea**. Virtual, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v22n50/11.pdf>>. Acesso em 27 de maio de 2016.

AMORA, Antonio Augusto Soares. **Minidicionário**. 19ª edição São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 11ª edição, Brasília: Editora UNB, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. 1ª edição, Tatuapé: Editora Brasiliense, 1994.

BRAGA, Sergio; NICOLÁS, Maria Alejandra; BECHER, Andre Roberto. **Clientelismo, internet e voto: Personalismo e transferência de recursos nas campanhas online para vereador nas eleições de outubro de 2008 no Brasil**. Paraná. p. 169 a 188, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil, o longo caminho**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CHAGAS, Henrique. **Participação política pequeno ensaio de antropologia política**. Virtual, 2004. Disponível em: <http://www.verdestrigos.org/sitenovo/site/cronica_ver.asp?id=324>. Acesso em: 16 jan. 2016.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1978.

CÓDIGO ELEITORAL. **Legislação eleitoral**. Virtual em 1965. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965#4>> Acesso em: 27 nov. 2016.

COMPARATO, Bruno Konder. **Memória e silêncio: a espoliação das lembranças**. Virtual, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n92/a06n92.pdf> > Acesso em: 16 jan. 2016.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **Leis eleitorais**. Virtual em, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 27 nov. 2016.

COSTA, Homero de Oliveira da. **Alienação eleitoral no Brasil: uma análise dos votos brancos, nulos e abstenções eleitorais nas eleições presidenciais (1989-2002)**. Virtual, 2006. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/tese_doutorado_homero_costa.pdf> Acesso em: 22 nov. 2016.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. 14ª edição. Tatuapé: Brasiliense, 1983.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora Positivo, 2010.

FIGUEIREDO, João Gabriel Rodrigues e. **Georges Balandier e a antropologia da política: o político como objeto de investigação antropológica**. Virtual em 2014. Disponível em <<http://www.semanasociais.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/03/7.pdf>>. Acesso em 17 de jun de 2016.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª edição. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.
LETRAS, Academia Brasileira de. **Dicionário: escolar de Língua Portuguesa**. 2ª edição. São Paulo: Editora Companhia Nacional de Letras, 2009.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações**. Virtual, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n43/a04v20n43.pdf>>. Acesso em maio de 2016.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. **ELEIÇÕES E REPRESENTAÇÃO**. Virtual, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a05n67.pdf>>. Acesso em 17 de jun de 2016

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Virtual, 1998. Disponível em: < <https://efchagasufc.files.wordpress.com/2012/04/10-o-manifesto-comunista.pdf>>. Acesso em 19 de jun 2016.

MARTINS, Paulo Emílio Matos; MOURA, Leandro Souza; IMASATO, Takeyoshi. **Coronelismo: um referente anacrônico no espaço organizacional brasileiro contemporâneo?** Virtual, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v18n58/a03v18n58.pdf>> Acesso em 17 de jun 2016.

NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil clientelismo e insulamento burocrático**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar Editor, 2003.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil do império aos dias atuais**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

SILVA, Mauri Antônio da; LARA, Ricardo. **A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil**. Virtual, 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0275.pdf>>. Acesso em 28 de maio de 2016.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Eleição para prefeito no Rio de Janeiro**. Virtual, 2012. Disponível em:

<<http://www.trerj.jus.br/site/eleicoes/2012/resultados/municipio/arquivos/2012/turno1/votacao%20de%20candidato%20por%20municipio%20-%20resultado%20geral%20-%20prefeito%20e%20vereador%20-%20rio%20de%20janeiro.pdf>> Acesso em: 16 de jan. 2016.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Eleição para prefeito no Rio de Janeiro.** Virtual, 2008. Disponível em: <<http://www.tre-rj.gov.br/site/eleicoes/2008/resultados/eleitores/rio%20de%20janeiro.pdf>> Acesso em: 28 de jan. 2016.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Eleição para prefeito no Rio de Janeiro.** Virtual, 2008. Disponível em: <http://www.tre-rj.gov.br/site/eleicoes/2008/resultados/eleitores/RIO%20DE%20JANEIRO_2TURNO_PREFEITO.pdf> Acesso em: 28 de jan. 2016.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Arquivos dos partidos políticos.** Virtual, 2008. Disponível em: <http://www.tre-rj.jus.br/site/gecoi_arquivos/partidos_politicos/arq_052872.pdf> Acesso em 8 de jun. 2016.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Arquivos dos partidos políticos.** Virtual, 2012. Disponível em: <http://www.tre-rj.jus.br/site/gecoi_arquivos/partidos_politicos/arq_084800.pdf> Acesso em 8 de jun. 2016

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Eleição para prefeito no Rio de Janeiro.** Virtual, 2004. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2004/quadro-geral-eleicao-suplementar-2004>> Acesso em 24 de maio. 2016

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Eleição para prefeito no Rio de Janeiro.** Virtual, 2000. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2000/quadro-geral>> Acesso em 24 de maio. 2016

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Eleição para prefeito no Rio de Janeiro.** Virtual em: 2016. Disponível em: <<http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>> Acesso em 28 nov. 2016.

UNIPA. **As eleições municipais de 2012 numa perspectiva bakuninista.** Virtual, 2012. Disponível em: <<https://uniaioanarquista.wordpress.com/2012/12/10/as-eleicoes-municipais-de-2012-numa-perspectiva-bakuninista/>>. Acesso em 17 de jun de 2016

VIANNA, Luiz Werneck. **Política e Cultura.** 1ª edição, Rio de Janeiro. Editora: Relumbre Dumará, 2002.

VICENTE, Lucas Godinho. **As campanhas políticas nos meios de comunicação.** Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Rio de Janeiro: EPSJV, 2013.

7. ANEXOS

7.1 ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA TRABALHADORES DA EPSJV

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa: **“O fenômeno da abstenção eleitoral: uma análise das influências e motivações sociopolíticas nas eleições municipais do Rio de Janeiro entre 2000 e 2012”**. Você foi selecionado(a) por ser trabalhador(a) e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo a sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Essa pesquisa tem como objetivo contribuir na compreensão do fenômeno sociopolítico da abstenção eleitoral nas eleições municipais, a partir da década de 2000 a 2012, no município do Rio de Janeiro para o Poder Executivo. Os riscos relacionados à sua participação podem ser considerados mínimos. Os benefícios referem-se à possibilidade do aprofundamento do conhecimento acerca da questão eleitoral e, em particular, do fenômeno sociopolítico da abstenção eleitoral.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em conceder entrevista de cerca de uma hora e meia, a qual será gravada para posterior transcrição visando facilitar o processamento do material. Entretanto, você pode solicitar ao pesquisador que interrompa a gravação a qualquer momento durante a realização da entrevista. As informações obtidas através dessa pesquisa são confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Por meio deste, solicitamos também sua autorização para gravação em áudio da entrevista para coleta de dados.

Dessa forma, os dados aqui coletados poderão ser publicados/divulgados sem revelar, todavia, a identidade de seus participantes. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, a qualquer momento.

Pesquisador responsável: Marcello de Moura Coutinho.
Endereço: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), sala 321.
Fundação Oswaldo Cruz.
Av. Brasil 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro – RJ.
CEP 21040-900.
Telefone: (21) 98276-9569. E-mail: mcoutinho@fiocruz.br

Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV/Fiocruz
Endereço: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) – sala 317
Fundação Oswaldo Cruz
Av. Brasil 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ
CEP 21040-900.
Telefone: (21) 3865-9710. E-mail: cep@epsjv.fiocruz.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

_____, ____ de _____ de 2016.

Nome: _____.

7.2 ANEXO 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA REPRESENTANTES DAS CAMPANHAS ELEITORAIS

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa: **“O fenômeno da abstenção eleitoral: uma análise das influências e motivações sociopolíticas nas eleições municipais do Rio de Janeiro entre 2000 e 2012”**. Você foi selecionado(a) por ser representante de uma campanha eleitoral e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo a sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Essa pesquisa tem como objetivo contribuir na compreensão do fenômeno sociopolítico da abstenção eleitoral nas eleições municipais, a partir da década de 2000 a 2012, no município do Rio de Janeiro para o Poder Executivo. Os riscos relacionados à sua participação podem ser considerados mínimos. Os benefícios referem-se à possibilidade do aprofundamento do conhecimento acerca da questão eleitoral e, em particular, do fenômeno sociopolítico da abstenção eleitoral.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em conceder entrevista de cerca de uma hora e meia, a qual será gravada para posterior transcrição visando facilitar o processamento do material. Entretanto, você pode solicitar ao pesquisador que interrompa a gravação a qualquer momento durante a realização da entrevista. As informações obtidas através dessa pesquisa são confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Por meio deste, solicitamos também sua autorização para gravação em áudio da entrevista para coleta de dados.

Dessa forma, os dados aqui coletados poderão ser publicados/divulgados sem revelar, todavia, a identidade de seus participantes. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, a qualquer momento.

Pesquisador responsável: Marcello de Moura Coutinho.
Endereço: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), sala 321.
Fundação Oswaldo Cruz.
Av. Brasil 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro – RJ.
CEP 21040-900.
Telefone: (21) 98276-9569. E-mail: mcoutinho@fiocruz.br

Comitê de Ética em Pesquisa da EPSJV/Fiocruz
Endereço: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) – sala 317
Fundação Oswaldo Cruz
Av. Brasil 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ
CEP 21040-900.
Telefone: (21) 3865-9710. E-mail: cep@epsjv.fiocruz.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

_____, ____ de _____ de 2016.

Nome: _____.

7.3 ANEXO 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA TRABALHADORES DA EPSJV

Pesquisador: Matheus Alves Conceição.

Orientador: Marcello de Moura Coutinho.

Projeto: O fenômeno da abstenção eleitoral: uma análise das influências e motivações sociopolíticas nas eleições municipais do Rio de Janeiro entre 2000 e 2012.

- 1. Há quantos anos possui título eleitoral?**
- 2. Costuma acompanhar as campanhas eleitorais? Justifique a sua resposta.**
- 3. Costuma votar nas eleições ou não? O que pensa do voto branco e do voto nulo?**
- 4. Já se absteve de votar? Qual foi a razão? O que pensa da abstenção eleitoral?**
- 5. Costuma pesquisar a trajetória política dos candidatos em que vota? O que leva em consideração para decidir o seu voto?**
- 6. Já fez campanha para algum candidato? Qual foi a motivação? Qual era o posicionamento político deste(s) candidato(s)?**
- 7. Já votou em candidatos que lhe foram indicados? Por quê?**
- 8. Como devem ser os políticos na sua concepção? E, como avalia os partidos políticos no município do Rio de Janeiro?**
- 9. Acredita no regime democrático de representação do município do Rio de Janeiro?**
- 10. Já participou de quantas formas de manifestação política além da prática do voto?**

7.4 ANEXO 4 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA REPRESENTANTES DE CAMPANHAS ELEITORAIS

Pesquisador: Matheus Alves Conceição.

Orientador: Marcello de Moura Coutinho.

Projeto: O fenômeno da abstenção eleitoral: uma análise das influências e motivações sociopolíticas nas eleições municipais do Rio de Janeiro entre 2000 e 2012.

- 1. Quando surgiu a campanha XXXX? Quais foram as motivações para a sua criação?**
- 2. Acredita que tem surtido efeito? Justifique a sua resposta.**
- 3. Como vê o cenário político eleitoral no município do Rio de Janeiro?**
- 4. Que avaliação é possível fazer dos candidatos a prefeito no município do Rio de Janeiro, no período de 2000 a 2012?**
- 5. Como vê o fenômeno da abstenção eleitoral no município do Rio de Janeiro, no período de 2000 a 2012?**